



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações individuais e consolidadas.....	2
Relatório da administração	10
Demonstração do resultado.....	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstração dos fluxos de caixa.....	16
Balanco patrimonial	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração do valor adicionado	20
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais	
1 Considerações gerais	21
2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis	24
3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações	26
4 Receita líquida	27
5 Custos e despesas	29
6 Resultado financeiro	30
7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	31
8 Contas a receber	32
9 Ativos indenizáveis pela União	33
10 Cauções e depósitos judiciais	34
11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	34
12 Ativos sujeitos à indenização	37
13 Investimentos.....	39
14 Imobilizado.....	41
15 Intangível	45
16 Fornecedores.....	46
17 Debêntures	47
18 UBP - Uso do bem público	48
19 Obrigações socioambientais	48
20 Benefícios pós-emprego.....	49
21 Provisão para litígios	54
22 Transações com partes relacionadas	56
23 Patrimônio líquido.....	58
24 Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	61
25 Seguros	66
26 Compromissos de longo prazo.....	66
27 Informações por segmento	66
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório do Auditor Independente.....	68

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CESP - Companhia Energética de São Paulo

• Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CESP - Companhia Energética de São Paulo e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

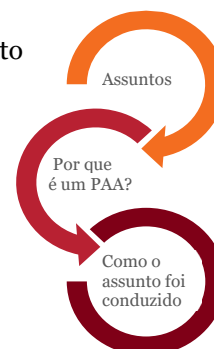
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo e da CESP - Companhia Energética de São Paulo e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

• Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

• Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e de suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como a nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela exclusão do PAA relativo à repactuação do risco hidrológico ou *Generation Scaling Factor* (GSF) em virtude da sua contabilização inicial ter ocorrido em 2021, após seu reconhecimento os valores fazem parte do PAA de Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*).

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ativos indenizáveis pela União (Nota 9)

A Companhia celebrou, em 7 de dezembro de 2022, um acordo judicial com a União Federal, visando à indenização da CESP pela reversão dos bens não amortizados e não depreciados em relação à Usina Hidrelétrica Três Irmãos. O acordo tem por objeto o recebimento da indenização em questão, pelo valor histórico de R\$ 1.717.362 mil, devidamente atualizado pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, o SELIC, no regime de capitalização composta e será pago em 84 parcelas mensais e consecutivas a partir de outubro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de indenização a receber, atualizado até essa data, líquido do ajuste a valor presente totalizava R\$ 3.909.017 mil.

Este é um dos principais assuntos de nossa auditoria, considerando especialmente o montante envolvido e os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas, como mensuração do valor atualizado, momento de reconhecimento da atualização monetária, ajuste a valor presente, entre outros fatores, que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor do ativo e, por consequência, no resultado do exercício.

Nossa abordagem de auditoria para o assunto considerou, entre outros pontos:

- O entendimento do histórico do processo administrativo, a análise das principais publicações de resoluções normativas, portarias, ofícios e notas técnicas do órgão regulador.
- A leitura e avaliação dos termos do acordo judicial, firmado entre a Companhia e a União Federal, base para apuração do valor atualizado.
- A revisão das premissas utilizadas e verificação da precisão matemática nos cálculos de atualização monetária e do ajuste a valor presente.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação do ativo sujeito à indenização, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com os dados e as informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

Entidade de previdência a empregados (Nota 20)

Conforme descrito na Nota 20, a Companhia e suas controladas patrocinam planos de assistência médica e de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados, assim como respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social.

Os planos classificados como "benefício definido" geraram, em 31 de dezembro de 2022, passivos líquidos no montante de R\$ 1.263.931 mil, os quais foram calculados com referência às hipóteses atuariais que incluíram taxa de desconto, taxa de

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento sobre como a administração mensura as obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar.
- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
inflação anual de longo prazo, mortalidade geral, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários. Os cálculos atuariais de base para a determinação dessas obrigações foram elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram hipóteses atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde. O processo de estimativa na determinação do valor presente com os planos requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas hipóteses. Considerando que a utilização de diferentes estimativas e hipóteses para a determinação do valor presente dos planos poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, mantivemos esse assunto como um dos Principais Assuntos de Auditoria.	- Avaliação da independência e da expertise dos atuários contratados pela Companhia, bem como dos principais critérios utilizados para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas, como taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários, conforme aplicável. - Revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelos atuários independentes. - Testes, com base amostral, da consistência dos dados individuais dos participantes, utilizados na avaliação atuarial. Nossos procedimentos foram executados com o apoio de nossos especialistas atuariais e também incluíram a avaliação da adequação das divulgações efetuadas em notas explicativas. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisão para litígios (Nota 21)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas apresentavam provisões para prováveis perdas decorrentes de processos judiciais, mensuradas com base na análise de prognóstico dos respectivos processos e das causas, no valor de R\$ 1.186.005 mil. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas em andamento no montante de R\$ 1.647.301 mil, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando que as perspectivas para perda tenham sido avaliadas como possíveis pela administração, a partir do suporte dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Provisões e passivos contingentes apresentam

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, também consideramos:

- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração sobre a mensuração e a existência dos processos da Companhia.
- Avaliação da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela administração a partir de

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
incerteza inerente em relação ao seu prazo e ao seu valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e dos passivos contingentes requerem que a administração exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são parte envolvidas. A determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e de passivos contingentes divulgados em notas explicativas, requer julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos. Esse assunto foi considerado um dos Principais Assuntos de Auditoria, considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e divulgados poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados e reconhecidos contabilmente pela administração.	avaliações realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. • Obtenção de confirmações de informações diretamente com os assessores jurídicos. • Revisão analítica das movimentações da conta de provisão para litígios e contingências, durante o exercício. • Discussão dos assuntos mais relevantes com os Órgãos de Governança da Companhia. • Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e com as demais informações obtidas.

Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 11)

A Companhia e suas controladas apresentavam, em 31 de dezembro de 2022, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 3.000.824 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações da Companhia e suas controladas gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras variáveis.

O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, da base negativa da contribuição

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros.
- Análise das principais premissas e testes sobre os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras.
- Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas, considerando as

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia, exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação a posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.	demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de <i>impairment</i>) (Notas 14 e 15) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 10.397.035 mil e R\$ 2.587.808 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. A administração realiza, no mínimo anualmente, a avaliação de indicadores de redução ao valor recuperável e, quando aplicável, teste de <i>impairment</i> desses ativos, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras. Consideramos o teste de <i>impairment</i> dos ativos imobilizados e intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.	Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: • Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de <i>impairment</i>). • Análise da razoabilidade das principais premissas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangíveis. • Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários. • Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. • Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de <i>impairment</i>, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

• **Outros assuntos**

Demonstrações do Valor Adicionado

- As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS,

foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

• **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

• **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração¹ da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

• **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de

¹ Alterar para outro termo que seja mais apropriado às circunstâncias específicas da Companhia, como por exemplo diretoria, diretoria executiva, gestores, etc.. Nessa análise, que não se limita às S.A., o auditor observa o ambiente legal, o contexto regulatório, a estrutura societária, a estrutura organizacional e as definições estatutárias da entidade, entre outros elementos, conforme descrito no Alert 2021/21 e Circular IBRACON 10/21. Alterar consistentemente as demais referências no relatório, conforme aplicável.

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
1SP198156/O -7
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador CRC

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica.

Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela Auren Energia S.A. (anteriormente denominada VTRM Energia Participações S.A.) e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A., resultado da parceria da Votorantim Energia com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board (“CPP Investments”). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.

Em função da reorganização societária anunciada em 18 de outubro de 2021 pelos seus acionistas controladores, a partir de 25 de março de 2022, a CESP passou a ser subsidiária integral da Auren e passou a deter registro de companhia aberta categoria “B”.

PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão de da usina de geração hidrelétrica sob contrato de concessão da UHE Porto Primavera (produção independente de energia) com um total de 14 unidades geradoras, 1.540 MW de potência e 887 MW médios de garantia física de energia.

A usina está instalada na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Atualmente como subsidiária integral da Auren, a Companhia segue as políticas de Governança Corporativa da mesma.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A companhia possui a concessão da usina hidrelétrica de Porto Primavera.

	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Geração de Energia (MW médio)					
			4T22	4T21	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
UHE Porto Primavera	1.540	887	825	766	7,7%	773	760	2%

A produção de energia da UHE Porto Primavera atingiu 825 MW médios no 4T22, 8% superior ao 4T21 (766 MW médios).

O aumento de geração observado nesse trimestre reflete a atenuação, ao longo de 2022, dos efeitos da crise hídrica vivida pelo País no ano anterior. Com isso, em 31/out/2022, deixaram de vigorar as

diretrizes operativas estabelecidas pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) que restringiam a vazão mínima defluente da UHE Porto Primavera e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica pela usina.

Evolução da Energia Natural Afluenta (ENA) do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste

	MW médio			% MLT ⁽²⁾		
	4T22	4T21	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Outubro	24.562	22.229	10,5%	104%	94%	10 p.p.
Novembro	24.616	29.324	-16,1%	78%	93%	-15 p.p.
Dezembro	42.681	42.730	-0,1%	89%	89%	-
Out – Dez	30.685	31.451	-2,4%	89%	91%	-2 p.p.

No 4T22, as bacias hidrográficas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste apresentaram vazões próximas as médias históricas, porém com armazenamentos superiores ao 4T21. Com o objetivo de recuperar os reservatórios das usinas de cabeceira, localizadas nas Bacias do rio Paranaíba e Grande, o Operador Nacional do Sistema (ONS) adotou como estratégia de operação a redução da defluência das hidrelétricas da Bacia do Rio Paraná ao longo da maior parte do trimestre, porém as vazões praticadas foram superiores às observadas nos trimestres anteriores.

No 4T22, a UHE Porto Primavera manteve o índice de disponibilidade médio em 96,2%, superior em 3,9 p.p. em relação ao 4T21 (92,3%).

O índice de disponibilidade médio manteve-se significativamente acima dos valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), demonstrando a qualidade da operação e da manutenção dos ativos e a adequada gestão dos riscos operacionais.

Valores de disponibilidade e valores de referência adotados pela ANEEL

	Capacidade Instalada (MW)	Número de Unidades Geradora – UG	Capacidade Unitária da UG (MW)	Disponibilidade Verificada	Índice Referência ANEEL
UHE Porto Primavera	1.540,0	14	110,0	96,2%	92,3%

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

A receita operacional líquida em 2022 totalizou R\$2.255 milhões, redução de R\$37 milhões (-2%) em relação aos R\$2.293 milhões em 2021, majoritariamente decorrente de:

Contratos bilaterais e Leilão de energia: aumento de R\$192 milhões em relação a 2021, devido ao reajuste dos contratos por inflação e ao encerramento dos instrumentos financeiros derivativos em moeda estrangeira em dezembro de 2021;

⁽²⁾ Média de Longo Termo (MLT). Informações disponíveis em http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_afluenta_subsistema.aspx

Trading: redução de R\$230 milhões em relação a 2021, devido, principalmente, a reestruturação da estratégia de comercialização de energia implementada pela sua controladora Auren, que passou a centralizar a venda de energia aos clientes finais na sua subsidiária Auren Comercializadora de Energia Ltda e a redução do PLD médio (Preço de liquidação das diferenças) saindo de R\$280/MWh em 2021 para R\$59/MWh em 2022.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 1.283 milhões em 2022, frente a R\$ 973 milhões registrados em 2021, uma variação de R\$ 310 milhões na comparação dos períodos, devido principalmente a:

- **Custo de compra de energia:** redução de R\$45 milhões em energia comprada para equacionamento do balanço energético, principalmente devido a melhora no cenário hidrológico, com GSF de 85% em 2022 versus 73% em 2021 e redução de R\$246 milhões na CESP Comercializadora também pela reestruturação da estratégia de comercialização do grupo e redução do PLD entre os períodos;
- **Encargos de uso da rede elétrica:** aumento de R\$33 milhões em relação ao exercício de 2021, explicado pela atualização das tarifas TUST e TUSD;
- **Provisão de *Impairment*:** No exercício de 2022 foi registrado uma reversão de *impairment* de R\$231 milhões, contra uma provisão de R\$249 milhões em 2021. A provisão em 2021 ocorreu em função do reconhecimento da extensão da concessão da UHE Porto Primavera, que em valores contábeis, ultrapassaria o prazo máximo de 7 anos previsto no acordo da repactuação do GSF. Trazendo um efeito positivo de R\$480 milhões na comparação entre os exercícios.
- **Repactuação do risco hidrológico:** Efeito positivo de R\$782 milhões em 2021, como resultado da homologação dos cálculos de extensão de concessão das UHEs Paraibuna (R\$43 milhões) e Porto Primavera (R\$739 milhões); e
- **Reversão de provisão para litígios e baixa de depósitos judiciais:** a Companhia registrou reversão de provisão de R\$60 milhões em 2022, R\$366 milhões a menos comparado com a reversão de R\$426 milhões em 2021, e baixa de depósitos judiciais menor em R\$58 milhões na comparação entre os exercícios, resultado da evolução natural dos processos judiciais.
- **Ganho na migração dos benefícios pós-emprego:** em 2022 foi registrado um efeito positivo de R\$20 milhões no resultado, fruto da conclusão do processo de migração parcial dos planos de benefício definido para plano de contribuição definida como parte da estratégia de mitigação dos riscos atuariais.

RESULTADO FINANCEIRO

No exercício de 2022, o resultado financeiro foi uma receita de R\$1.784 milhões, versus despesa de R\$614 milhões em 2021, principalmente devido a:

- **Receita financeira:** em 2022, houve o reconhecimento da atualização monetária sobre o ativo sujeito a indenização devido ao acordo firmado em 07 de dezembro de 2022 com a União para indenização dos ativos ainda não totalmente depreciados ou amortizados da usina de Três Irmãos, na cifra de R\$2.422 milhões, além de uma maior receita de aplicações financeiras de R\$66 milhões (R\$88 milhões em 2022, versus R\$22 milhões em 2021), devido, principalmente, ao maior volume de caixa aplicado e pela alta do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) médio;
- **Encargos de dívidas:** incremento de R\$28 milhões devido ao aumento do CDI indexador da 11ª emissão de debêntures;
- **Atualização monetária:** no exercício de 2022, a variação monetária foi uma despesa de R\$96 milhões, R\$71 milhões menor comparado com R\$167 milhões em 2021, principalmente devido à desaceleração do IPCA, 5,8% em 2022 versus 10,0% em 2021;
- **Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis:** reconhecimento de R\$232 milhões em 2022 de ajuste a valor presente sobre o saldo registrado como consequência do acordo firmado com a União referente a indenização da usina de Três Irmãos. O acordo assinado prevê o recebimento pela CESP do valor histórico de R\$ 1.717 milhões atualizado pela SELIC composta até out/2023, com pagamento em 84 parcelas mensais e consecutivas (Sistema SAC), sendo a primeira parcela a ser paga até 15 de outubro de 2023.
- **Atualização monetária sobre provisão para litígios:** redução de R\$ 65 milhões entre os exercícios (R\$102 milhões em 2022, versus R\$168 milhões em 2021) decorrente da baixa significativa de provisão do contencioso entre os períodos e pela queda do IGP-M acumulado do período.

RESULTADO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2022 foi de R\$2.447 milhões, contra um lucro de R\$441 milhões em 2021 explicado pelas principais variações mencionadas anteriormente.

AUDITORES

A Companhia esclarece que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestou além de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, serviços de diligência no processo de avaliação de investimentos do quais a Companhia participou durante o ano. O valor total pago por esses serviços foi de R\$ 663 mil. Para fins dessa contratação, não foram identificados aspectos que pudessem conflitar com os trabalhos de auditoria externa em razão do conflito de interesses e/ou perda de independência ou objetividade dos auditores, dada a natureza do mesmo de consultoria no processo de avaliação de empresas para potencial aquisição pela Companhia.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	4	2.255.353	2.292.813	1.705.141	1.512.972
Custo do serviço de energia elétrica	5	(1.498.630)	(985.638)	(965.996)	(205.342)
Custo com energia elétrica		(1.040.656)	(1.298.848)	(508.022)	(518.638)
Custo com operação		(457.974)	(468.764)	(457.974)	(468.678)
Repactuação do risco hidrológico		-	781.974	-	781.974
Lucro bruto		<u>756.723</u>	<u>1.307.175</u>	<u>739.145</u>	<u>1.307.630</u>
Receitas (despesas) operacionais	5				
Gerais e administrativas		(115.978)	(125.429)	(107.085)	(115.041)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>331.730</u>	<u>137.860</u>	<u>324.175</u>	<u>124.594</u>
		<u>215.752</u>	<u>12.431</u>	<u>217.090</u>	<u>9.553</u>
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>972.475</u>	<u>1.319.606</u>	<u>956.235</u>	<u>1.317.183</u>
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	13.3	-	-	17.659	3.224
				<u>17.659</u>	<u>3.224</u>
Resultado financeiro líquido	6				
Receitas financeiras		2.524.472	32.528	2.511.000	29.953
Despesas financeiras		<u>(740.242)</u>	<u>(646.695)</u>	<u>(739.408)</u>	<u>(646.642)</u>
		<u>1.784.230</u>	<u>(614.167)</u>	<u>1.771.592</u>	<u>(616.689)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>2.756.705</u>	<u>705.439</u>	<u>2.745.486</u>	<u>703.718</u>
Imposto de renda e contribuição social	11.3				
Correntes		(3.115)	(18.515)	2.013	(18.481)
Diferidos		<u>(306.973)</u>	<u>(246.097)</u>	<u>(300.882)</u>	<u>(244.410)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>2.446.617</u></u>	<u><u>440.827</u></u>	<u><u>2.446.617</u></u>	<u><u>440.827</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

	Nota	Consolidado e controladora	
		2022	2021
Lucro líquido do exercício		2.446.617	440.827
Outros componentes do resultado abrangente a serem reclassificados para o resultado			
<i>Hedge accounting</i> operacional líquido de impostos		-	38.658
<i>Hedge accounting</i> operacional reflexo, líquido de impostos		-	23.618
		-	62.276
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado			
Remensuração de benefícios pós-emprego, líquido dos efeitos tributários	23.5	196.147	519.474
Total do resultado abrangente do exercício		2.642.764	1.022.577

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.756.705	705.439	2.745.486	703.718
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	5	404.119	421.008	404.074	421.008
Baixa de imobilizado e direito de uso dos contratos de arrendamento		(340)	(8.748)	(340)	(8.748)
Repactuação do risco hidrológico	5	-	(781.974)	-	(781.974)
Equivalência patrimonial	13.3	-	-	(17.659)	(3.224)
Baixa de depósitos judiciais		4.983	75.185	4.983	75.185
Juros, variações monetárias e variações cambiais		196.235	252.545	196.235	252.545
Apropriação de custos de captação	17.4	5.498	5.498	5.498	5.498
Provisão (reversão) de provisões					
Reversão para litígios	21	(59.969)	(425.693)	(60.805)	(425.693)
Provisão de PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais		-	429	-	429
Provisão (reversão) de impairment de ativo imobilizado e intangível	14.2 e 15.2	(230.924)	248.520	(230.924)	248.520
Provisão (reversão) de obrigações socioambientais	19	3.907	7.607	3.907	7.607
Atualizações de saldos					
Ativos indenizáveis pela União	9	(2.421.617)	-	(2.421.617)	-
Provisão para litígios	21	96.884	167.513	96.884	167.513
Depósitos judiciais	10	(13.907)	(9.221)	(13.907)	(9.221)
Benefícios pós-emprego	20.3.3	159.869	158.122	159.869	158.122
Efeito da migração benefícios pós-emprego	1.2(b)	(20.148)	-	(20.148)	-
Custo do serviço de benefícios pós-emprego	20.3.3	87	3.613	87	3.613
Ajuste a valor presente					
Ativos indenizáveis pela União	12	229.962	-	229.962	-
Obrigações socioambientais	19	10.702	4.488	10.702	4.488
UBP - Uso do bem público	18	5.400	5.631	5.400	5.631
Arrendamentos		116	241	116	241
Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures		-	22.500	-	22.500
Contratos futuros de energia		(8.209)	(13.235)	-	-
		1.119.353	954.373	1.097.803	918.906
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber		17.700	4.378	(22.050)	37.232
Tributos a recuperar		(20.466)	32.343	(27.301)	33.474
Almoxarifado		(625)	(19)	(625)	(19)
Despesas antecipadas		4.083	(4.058)	4.149	(4.058)
Cauções e depósitos judiciais		29.622	(1.436)	29.633	(1.436)
Outros ativos		(8.125)	69.653	(7.721)	69.653
Acréscimo (decréscimo) em passivos					
Fornecedores		(22.653)	38.184	3.127	20.846
Instrumentos financeiros derivativos		(12.699)	(112.073)	(8.288)	(69.242)
Tributos a recolher		30.560	(11.376)	20.955	(11.672)
Pagamentos a benefícios pós-emprego	20.3.3	(58.169)	(1.533)	(58.169)	(1.533)
Efeito migração benefícios pós-emprego - planos CD	1.2(b)	(306.015)	-	(306.015)	-
Encargos setoriais		1.665	(62.116)	1.665	(62.116)
Pagamentos de litígios	21	(182.917)	(160.717)	(182.917)	(160.717)
Obrigações socioambientais	19	(36.585)	(17.290)	(36.585)	(17.290)
Pagamento de UBP - Uso do bem público	18	(42.773)	(42.155)	(42.773)	(42.155)
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(2.193)	(1.007)	(1.715)	(1.490)
Outros passivos		(16.792)	51.205	(16.107)	51.185
Caixa gerado nas operações					
Juros pagos sobre debêntures	17.4	492.971	736.356	447.066	759.568
Imposto de renda e contribuição social pagos		(115.424)	(83.627)	(115.424)	(83.627)
		(21.146)	(27.332)	(18.743)	(22.282)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		356.401	625.397	312.899	653.659
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(12.784)	(75.328)	(12.784)	(75.328)
Aumento de capital em investida	13.3	-	-	-	(10.000)
Aquisição de imobilizado e intangível		(15.547)	(7.801)	(10.112)	(7.414)
Venda de imobilizado		-	11.712	-	11.712
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(28.331)	(71.417)	(22.896)	(81.030)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de debêntures	17.4	(75.000)	-	(75.000)	-
Liquidação de arrendamento mercantil		(965)	(1.654)	(965)	(1.654)
Pagamento de dividendos		(9)	(834.147)	(9)	(834.147)
Recompra de ações		-	(3.332)	-	(3.332)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(75.974)	(839.133)	(75.974)	(839.133)
Acréscimo (Decréscimo) de caixa e equivalentes		252.096	(285.153)	214.029	(266.504)
Efeito no caixa de empresas adquiridas incluídas na consolidação		436.225	-	-	-
Saldo inicial de caixa e equivalentes do exercício		428.231	713.384	376.541	643.045
Saldo final de caixa e equivalentes do exercício		1.116.552	428.231	590.570	376.541
Principais transações que não afetaram o caixa					
Aumento de capital - via transferência de ativos	1.3 (a)	496.075	-	496.075	-
Aquisição de investimentos - via aumento de capital	1.3 (a)	-	-	(496.075)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2022	2021	2022	2021
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.116.552	428.231	590.570	376.541
Aplicações financeiras	7	105.347	77.751	105.347	77.751
Contas a receber	8	250.739	268.439	198.094	176.044
Ativos indenizáveis pela União	9	161.856	-	161.856	-
Tributos a recuperar		49.662	28.847	42.466	15.165
Dividendos a receber		-	-	4.644	766
Despesas antecipadas		4.437	6.015	1.866	6.015
Contratos futuros de energia		-	270.815	-	-
Outros ativos		14.644	5.811	13.507	5.786
		1.703.237	1.085.909	1.118.350	658.068
Ativos mantidos para venda		8.428	8.428	8.428	8.428
		1.711.665	1.094.337	1.126.778	666.496
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Ativos indenizáveis pela União	9	3.747.161	-	3.747.161	-
Cauções e depósitos judiciais	9	176.099	195.968	175.259	195.968
Contratos futuros de energia		-	341.292	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	3.000.824	3.408.893	2.999.937	3.401.864
Almoxarifado		6.667	6.042	6.667	6.042
Ativo sujeito à indenização	12	21.799	1.739.161	21.799	1.739.161
Outros ativos		299	-	-	-
		6.952.849	5.691.356	6.950.823	5.343.035
Investimentos	13	-	-	578.264	68.410
Imobilizado	14	5.731.313	5.722.424	5.668.596	5.722.424
Intangível	15	1.824.901	1.913.809	1.824.559	1.913.422
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		39.990	5.256	-	5.256
		14.549.053	13.332.845	15.022.242	13.052.547
TOTAL DO ATIVO		16.260.718	14.427.182	16.149.020	13.719.043

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2022	2021	2022	2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	119.565	141.264	66.315	63.188
Debêntures	17	99.599	98.018	99.599	98.018
Arrendamentos		454	1.793	-	1.793
Instrumentos financeiros derivativos		-	12.699	-	8.288
Contratos futuros de energia		-	282.619	-	-
Obrigações estimadas e folha de pagamento		20.187	22.380	19.274	20.989
Tributos a recolher		33.155	20.528	16.808	16.611
Encargos setoriais		21.835	20.170	21.835	20.170
Dividendos a pagar	22	970.730	389.668	970.730	389.668
UBP - Uso do bem público	18	43.465	42.462	43.465	42.462
Provisão para litígios	21	170.376	-	170.376	-
Obrigações socioambientais	19	40.560	38.013	40.560	38.013
Outros passivos		54.625	96.975	54.590	96.947
		1.574.551	1.166.589	1.503.552	796.147
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	17	1.924.229	1.897.895	1.924.229	1.897.895
Arrendamentos		39.863	3.674	-	3.674
Contratos futuros de energia		-	337.697	-	-
UBP - Uso do bem público	18	43.089	87.531	43.089	87.531
Provisão para litígios	21	1.012.982	1.329.360	1.012.146	1.329.360
Obrigações socioambientais	19	186.943	187.825	186.943	187.825
Benefícios pós-emprego	20	1.263.931	1.785.499	1.263.931	1.785.499
Outros passivos		73.800	47.550	73.800	47.550
		4.544.837	5.677.031	4.504.138	5.339.334
TOTAL DO PASSIVO		6.119.388	6.843.620	6.007.690	6.135.481
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	6.471.508	5.975.433	6.471.508	5.975.433
Reservas de capital		1.929.098	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros		3.789.135	1.956.664	3.789.135	1.956.664
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.045.079)	(2.274.301)	(2.045.079)	(2.274.301)
(-) Ações em tesouraria		(3.332)	(3.332)	(3.332)	(3.332)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.141.330	7.583.562	10.141.330	7.583.562
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.260.718	14.427.182	16.149.020	13.719.043

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	(-) Ações em tesouraria	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.975.433	1.929.098	1.934.515	252.622	(2.885.455)	-	-	7.206.213
Realização de custo atribuído (depreciação)	-	-	-	-	29.404	(29.404)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	440.827	-	440.827
Hedge accounting operacional	-	-	-	-	38.658	-	-	38.658
Hedge accounting operacional reflexo	-	-	-	-	23.618	-	-	23.618
Ajuste de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	519.474	-	-	519.474
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	611.154	411.423	-	1.022.577
Dividendos adicionais deliberados	-	-	-	(252.622)	-	-	-	(252.622)
Dividendos e juros sobre capital próprio não reclamados	-	-	107	-	-	-	-	107
Recompra de ações	-	-	-	-	-	-	(3.332)	(3.332)
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	22.042	-	-	(22.042)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(389.381)	-	(389.381)
Total de contribuições e distribuições para acionistas	-	-	22.149	(252.622)	-	(411.423)	(3.332)	(645.228)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.975.433	1.929.098	1.956.664	-	(2.274.301)	-	(3.332)	7.583.562
Realização de custo atribuído (depreciação)	-	-	-	-	33.075	(33.075)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.446.617	-	2.446.617
Ajuste de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	196.147	-	-	196.147
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	229.222	2.413.542	-	2.642.764
Contribuição e destinação para acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital (Nota 1.3 (a))	496.075	-	-	-	-	-	-	496.075
Destinação do lucro líquido do exercício (Nota 23.7)	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	122.331	-	-	(122.331)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(581.071)	-	(581.071)
Retenção de lucros	-	-	1.710.140	-	-	(1.710.140)	-	-
Total de contribuições e distribuições para acionistas	496.075	-	1.832.471	-	-	(2.413.542)	-	(84.996)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.471.508	1.929.098	3.789.135	-	(2.045.079)	-	(3.332)	10.141.330

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro



Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Geração do valor adicionado					
Receita bruta	4	2.587.823	2.604.979	1.959.625	1.741.190
		<u>2.587.823</u>	<u>2.604.979</u>	<u>1.959.625</u>	<u>1.741.190</u>
Insumos	5				
Energia comprada		1.040.656	1.298.848	508.022	518.638
Repactuação do risco hidrológico		-	(781.974)	-	(781.974)
Serviços de terceiros		54.697	58.028	53.233	56.535
Outros custos operacionais		10.448	11.464	10.327	11.361
		<u>1.105.801</u>	<u>586.366</u>	<u>571.582</u>	<u>(195.440)</u>
Valor adicionado bruto		<u>1.482.022</u>	<u>2.018.613</u>	<u>1.388.043</u>	<u>1.936.630</u>
Retenções	5				
Depreciação e amortização		404.119	421.008	404.074	421.008
Contratos futuros de energia		(8.209)	(13.235)	-	-
		<u>395.910</u>	<u>407.773</u>	<u>404.074</u>	<u>421.008</u>
Valor adicionado líquido gerado		<u>1.086.112</u>	<u>1.610.840</u>	<u>983.969</u>	<u>1.515.622</u>
Transferências					
Receitas financeiras	6	102.855	32.528	89.383	29.953
Equivalência patrimonial	13	-	-	17.659	3.224
Atualização de ativos indenizáveis pela União		2.421.617	-	2.421.617	-
Ganho pela migração benefícios pós-emprego		20.148	-	20.148	-
		<u>2.544.620</u>	<u>32.528</u>	<u>2.548.807</u>	<u>33.177</u>
Outras					
Reversão da provisão para litígios		59.969	425.693	59.969	425.693
Baixa com depósitos judiciais		(2.496)	(60.256)	(2.496)	(60.256)
Reversão de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível		230.924	(248.520)	230.924	(248.520)
Seguros		(4.271)	(4.246)	(4.273)	(4.246)
Outras receitas (despesas), operacionais líquidas		5.487	(8.128)	8.569	(6.844)
		<u>289.613</u>	<u>104.543</u>	<u>292.693</u>	<u>105.827</u>
Valor adicionado a distribuir		<u>3.920.345</u>	<u>1.747.911</u>	<u>3.825.469</u>	<u>1.654.626</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração do trabalho	5	88.128	82.868	83.879	75.374
		<u>88.128</u>	<u>82.868</u>	<u>83.879</u>	<u>75.374</u>
Financiadores e alugueis					
Juros e atualização monetária	6	212.841	254.968	212.841	254.968
Outras despesas financeiras	6	527.401	391.727	526.567	391.674
Alugueis	5	2.800	743	2.212	674
		<u>743.042</u>	<u>647.438</u>	<u>741.620</u>	<u>647.316</u>
Intrasetoriais - Encargos regulamentares	4				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		40.043	37.618	40.043	37.618
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		17.110	15.706	17.110	15.706
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		5.435	5.326	5.435	5.326
Reserva Global de Reversão - RGR		1.321	1.773	1.321	1.773
		<u>63.909</u>	<u>60.423</u>	<u>63.909</u>	<u>60.423</u>
Tributos e contribuições sociais					
Federal		546.485	516.202	479.184	430.533
Estadual		31.959	-	10.055	-
Municipais		205	153	205	153
		<u>578.649</u>	<u>516.355</u>	<u>489.444</u>	<u>430.686</u>
Acionistas					
Dividendos		581.071	389.381	581.071	389.381
Retenção de lucros		1.865.546	51.446	1.865.546	51.446
		<u>2.446.617</u>	<u>440.827</u>	<u>2.446.617</u>	<u>440.827</u>
Valor adicionado distribuído		<u>3.920.345</u>	<u>1.747.911</u>	<u>3.825.469</u>	<u>1.654.626</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia é subsidiária integral da Auren Energia S.A. ("Auren") – anteriormente denominada VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), conforme reestruturação societária abaixo descrita. Em conjunto com sua controlada CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora"), tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e a comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades correlatas, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como uma ferramenta de manter a qualidade do ambiente onde atuamos.

A Companhia, atualmente, possui duas usinas de geração hidrelétrica, uma delas opera no regime de preço e outra no regime de cotas, somando 1.627 MW de capacidade instalada e 935 MW médios de garantia física de energia.

Após assinatura do novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) ("UHE Porto Primavera"), que prolongou o prazo de concessão para 2056, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

a) Alteração na estrutura societária da CESP

Em 18 de outubro de 2021, a Votorantim S.A. e o CPP Investments anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Auren obteve o registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Abertura de Capital") e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado ("Listagem no Novo Mercado").

Como ato subsequente à abertura de capital da Auren, e de modo a permitir que os acionistas não controladores da Companhia participassem da Auren, foi apresentada uma proposta para a incorporação de ações. Ao final do processo de consolidação, a Auren passou a ser controladora integral da CESP, mediante processo de troca de ações. Em 07 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia concluiu e aprovou, de forma unânime, essas negociações da relação de troca das ações.

A relação de substituição foi livremente negociada entre a administração da Auren e o Comitê especialmente formado para monitoramento dessa operação, e na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores receberam, para cada 1 ação de emissão da Companhia de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe:

- i. 6,567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren; e
- ii. 0,095425888495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Auren, compulsoriamente resgatáveis

A reorganização societária contemplou a entrega, aos acionistas não controladores da Companhia, de 4.405.478 ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis da Auren, com base na relação de substituição e considerando o referido no valor total de R\$ 78.547.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia por sua controladora Auren foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de fevereiro de 2022.

Em 21 de janeiro e 16 de fevereiro de 2022, foram concluídas as anuências dos debenturistas das 11ª e 12ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária da Companhia - Waiver 11ª Emissão e Waiver 12ª Emissão.

Com o fim do prazo do exercício de direito de retirada para acionistas dissidentes, em 23 de março de 2022, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia as condições da incorporação de ações e do resgate das ações preferenciais Auren e determinada a data de fechamento da transação em 25 de março de 2022. Nessa data, ocorreu o último dia de negociação das ações da Companhia na B3, passando a ser, a partir de então, subsidiária integral da Auren.

Em decorrência da consumação da incorporação das ações da Companhia pela Auren, e decorrente migração da base acionária da Companhia para a Auren, a partir de 25 de março de 2022, a CESP passou a deter registro de companhia aberta categoria "B", ou seja, a Companhia não está autorizada a negociar ações, certificados de ações, ou títulos que possam ser convertidos nesses papéis.

b) Conclusão do plano de migração voluntária

A migração voluntária dos beneficiários do plano de pensão mantido pela Companhia, etapa do equacionamento do déficit do plano de benefício definido, foi a oportunidade que os participantes tiveram de transferir seus recursos do PSAP/CESP B1, que é um plano de benefício definido – BD, para o Plano CESP CD, sob a modalidade de que é um plano de contribuição definida.

Em dezembro de 2021, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas, o Instituto Adecon, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo e o Sindicato dos Empregados na Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade no Município de Bauru/SP ingressaram com uma ação judicial (processo nº 1139986-11.2021.8.26.0100), visando suspender o processo de migração voluntária dos beneficiários.

Em janeiro de 2022, foi proferida uma decisão provisória (tutela antecipada) suspendendo o processo de migração voluntária. Referida decisão foi parcialmente revogada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, após recurso interposto pela Companhia, sendo que o período de adesão foi encerrado em 24 de março de 2022.

Em maio de 2022, o processo foi sentenciado de forma favorável à Companhia, sendo refutadas todas as alegações trazidas pelos autores do caso, de forma que a migração seguiu seu processamento normal e foi efetivada em 01 de julho de 2022, com a conclusão do processo de migração voluntária do plano PSAP para o Plano CESP CD daqueles beneficiários que aderiram ao programa.

Com a conclusão do processo, houve a migração de 1.208 participantes, o que corresponde a 17,6% de participantes que transferiram suas reservas do plano PSAP para o plano CD. Essa migração impactou em redução do passivo atuarial líquido de R\$ 326.163, correspondente a parcela do saldo devedor que foi transferida para o plano CD, na mesma proporção das reservas matemáticas dos participantes que optaram pela migração. Em contrapartida, o valor a pagar atualizado pela Vivest na data da efetivação da migração foi de R\$ 306.015 instrumentalizado por meio de um novo acordo, cuja liquidação pela Companhia ocorreu de forma antecipada no dia 01 de agosto de 2022. Dessa forma, o valor de R\$ 20.148 gerado pela migração, referente à redução do custo do serviço passado, foi reconhecido no resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" e, no mesmo período, os respectivos efeitos tributários, conforme demonstrado na nota 20.

Com a migração parcial, foram eliminadas todas as obrigações futuras, legais ou construtivas, em relação à totalidade ou parte dos benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, na proporção dos participantes migrados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Operação temporária da UHE Paraibuna

Em 06 de maio de 2022, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria 647/2022, definiu a CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica de Paraibuna ("UHE Paraibuna"), no regime de cotas de garantia física, a partir de 04 de junho de 2022 até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União. A operação da UHE Paraibuna seguirá de acordo com as normas aplicáveis, sendo que, a partir da data mencionada, passarão também a ser aplicáveis as normas relativas à geração de energia em regime de cotas. Durante o período de operação temporária a remuneração do ativo terá como base a Receita Anual de Geração (RAG).

d) Cessão de contratos futuros de energia – controlada CESP Comercializadora de Energia

Em 2022, a Controladora Auren Energia S.A. se reestruturou no segmento de Comercialização com o objetivo de consolidar contratos de compra e venda de energia das suas comercializadoras e dos seus ativos de geração na controlada Auren Comercializadora. Neste contexto, as seguintes iniciativas foram implementadas:

1. Transferência da totalidade dos contratos de compra e venda de energia futura com terceiros (exceto transações com restrições contratuais ou regulatórias) dos ativos de geração para a Auren Comercializadora.
2. Criação de contratos *intercompany* de venda da energia excedente entre os segmentos de geração e de comercialização com o objetivo de equalizar o balanço energético da Auren.

Essa consolidação trouxe oportunidades para simplificar a gestão destes contratos, segregar os perfis de risco e retorno dos negócios de geração e comercialização, e capturar as sinergias relevantes na otimização deste portfólio.

Dessa forma, os contratos de "*trading*" da CESP Comercializadora foram migrados para a Auren Comercializadora, e por consequência, a marcação a mercado desses contratos futuros de energia foi revertida em 30 de setembro de 2022, reconhecido no resultado, em "Outras receitas (despesas)", no montante de R\$ 8.209, conforme nota 5. Os contratos de "*trading*" são contratos classificados dentro do alcance do CPC 48, e são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo.

e) Acordo da indenização pela reversão de bens da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ("UHE Três Irmãos")

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da UHE Três Irmãos, até então realizada pela Companhia, houve determinação, por parte do Ministério de Minas e Energias ("MME"), para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da UHE Três Irmãos.

Em razão do término da concessão para operação da UHE, foi definido, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda ("MF"), o valor de indenização a ser pago, "referenciado a preços de junho de 2012, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações, até 31 de março de 2013". O montante de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717.362 (data-base junho de 2012), que seria pago em sete anos.

Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a Companhia manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão.

Diante da existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811.718 (valor controverso), passando a refletir o valor de indenização proposto pelo poder concedente (valor incontroverso).

Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou acordo judicial com a União Federal, o qual prevê o recebimento da indenização conforme termos da Portaria Interministerial MME/MF no 129/2014, pelo valor histórico de R\$ 1.717.362, devidamente atualizado pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") no regime de capitalização composta, desde 15 de junho de 2012 e a ser pago em 84 parcelas mensais e consecutivas,

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante ("SAC"), com o início de pagamento da primeira parcela até 15 de outubro de 2023. Portanto, a partir de 15 de setembro de 2023 todo o saldo atualizado na data passará a ser reconhecido como principal e ser corrigido pela SELIC.

Com base nos critérios estabelecidos no acordo, considerando um direito não mais questionável, o montante de R\$ 3.909.017 foi registrado como Ativos indenizáveis pela União (Nota 9), mediante a reclassificação de R\$ 2.103.252 da rubrica Ativo sujeito à indenização (Nota 12) e ao reconhecimento de R\$ 1.805.765 referente à atualização monetária, líquida de ajuste a valor presente, com contrapartida no Resultado financeiro (Nota 6).

Adicionalmente, houve a reversão de *impairment* dos ativos indenizáveis, no montante de R\$ 634.614 e baixa de ativos não indenizáveis de canal e eclusa, no montante de R\$ (248.724) e de terrenos e outros, no montante de R\$ (385.890), conforme demonstrado na Nota 12.

Como fato subsequente ao exercício findo dessas demonstrações financeiras, em 10 de janeiro de 2023, foi proferida sentença de homologação judicial do referido acordo sendo extinto o processo, com resolução de mérito. E por fim, em 17 de janeiro de 2022, foi certificado o trânsito em julgado e o processo foi definitivamente arquivado.

1.3 Principais eventos societários

a) Reestruturação societária na Companhia, via aporte da do acervo patrimonial da sociedade Jaíba V Holding S.A ("Jaíba V Holding")

Em 12 de dezembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, a controladora Auren aprovou o aporte do acervo patrimonial da sua então controlada, Jaíba V Holding S.A ("Jaíba V"), no valor de R\$ 496.075, conferido para integralização de aumento de capital na Companhia, mediante a emissão de 21.208.821 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A controlada Jaíba V Holding faz parte de um projeto de geração de energia solar, localizado no município de Jaíba/MG, e que terá 500 MWac de capacidade instalada e será uma das maiores usinas solar do país. O investimento previsto no projeto Jaíba V é de R\$ 2,0 bilhões, com expectativa de entrada em operação comercial no primeiro trimestre de 2024 e prazo de término da concessão em fevereiro de 2055.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2022, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB")) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 16 de fevereiro de 2022.

2.1 Consolidação

a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

A Companhia obteve autorização da ANEEL para operar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, por meio da CESP Comercializadora, no início de 2020.

A Companhia consolida a CESP Comercializadora, pois possui participação de 100% de seu capital votante, isto é, está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

Conforme mencionado na Nota 1.3 (a), a Companhia passou a ter participação de 100% do capital votante da controlada Jaíba V Holding.

b) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras

	2022		2021		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Comercialização							
CESP Comercializadora de Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
Geração solar							
Jaíba V Holding S.A.	100%	100%	0%	0%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CE Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CN Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CS Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba L2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba S Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba SO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
SF401 Participações Societárias S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	São Paulo - Brasil	Holding

2.2 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Conta contábil	Nota explicativa
Contas a receber	8
Ativos indenizáveis pela União	9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11
Imobilizado	14
Intangível	15
UBP - Uso do bem público	18
Obrigações socioambientais	19
Benefícios pós-emprego	20
Provisão para litígios	21

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cabe mencionar que, no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema EmpresasNet da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com essa indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração
CPC 50 – Contratos de seguros	Adoção inicial.
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

A Companhia e suas controladas estão analisando as emendas às normas contábeis mencionadas acima a fim de avaliar possíveis impactos em suas políticas operacionais e contábeis. Em relação à análise sobre o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, em consonância com o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22), a análise dos impactos referente às incertezas está detalhada na Nota 11.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Receita líquida

4.1 Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia e sua controlada CESP Comercializadora seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia da Companhia e sua controlada são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

A Companhia e sua controlada operam nos seguintes mercados de energia elétrica:

Contratos bilaterais: representados por venda de energia a consumidores e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre.

Leilões de Energia: representados por venda de energia às distribuidoras no âmbito de contratos firmados no ambiente regulado, conforme participação em leilões.

Operações de trading: representados por comercialização de energia no mercado livre.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Receita líquida e energia vendida

	2022		Consolidado 2021	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Receitas com energia				
Contratos bilaterais	6.236.884	1.558.758	7.297.991	1.677.580
Partes relacionadas	1.841.375	185.208	351.039	80.693
Operações de trading	967.972	215.885	1.462.350	363.742
Leilões de energia	2.017.255	572.162	2.014.800	522.038
Energia de curto prazo	-	32.162	-	72.489
	<u>11.063.486</u>	<u>2.564.110</u>	<u>11.126.180</u>	<u>2.716.542</u>
Suprimento em regime de quotas - UHE Paraibuna	-	18.850	-	-
Outras receitas	-	4.863	-	(111.563)
	<u>-</u>	<u>23.713</u>	<u>-</u>	<u>(111.563)</u>
	<u>11.063.486</u>	<u>2.587.823</u>	<u>11.126.180</u>	<u>2.604.979</u>
Deduções à receita				
PIS/COFINS sobre receitas operacionais	-	(236.397)	-	(206.712)
ICMS sobre receitas operacionais	-	(31.959)	-	(44.878)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	(40.043)	-	(37.618)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	(17.110)	-	(15.706)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	(5.435)	-	(5.326)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	(1.321)	-	(1.773)
Imposto sobre serviços - ISS	-	(205)	-	(153)
	<u>-</u>	<u>(332.470)</u>	<u>-</u>	<u>(312.166)</u>
Receita líquida	<u>11.063.486</u>	<u>2.255.353</u>	<u>11.126.180</u>	<u>2.292.813</u>

(*) MWh – Mega watt-hora, não auditado.

	2022		Controladora 2021	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Receitas com energia				
Contratos bilaterais	3.111.761	705.693	5.600.719	1.220.226
Partes relacionadas	2.588.957	635.832	-	-
Leilões de energia	2.017.255	572.097	2.014.800	522.038
Energia de curto prazo - CCEE	-	22.288	-	66.732
	<u>7.717.973</u>	<u>1.935.910</u>	<u>7.615.519</u>	<u>1.808.996</u>
Suprimento em regime de quotas - UHE Paraibuna	-	18.850	-	-
Outras receitas	-	4.865	-	(67.806)
	<u>-</u>	<u>23.715</u>	<u>-</u>	<u>(67.806)</u>
	<u>7.717.973</u>	<u>1.959.625</u>	<u>7.615.519</u>	<u>1.741.190</u>
Deduções à receita				
PIS/COFINS sobre receitas operacionais	-	(180.315)	-	(137.738)
ICMS sobre receitas operacionais	-	(10.055)	-	(29.904)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	(40.043)	-	(37.618)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	(17.110)	-	(15.706)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	(5.435)	-	(5.326)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	(1.321)	-	(1.773)
Imposto sobre serviços - ISS	-	(205)	-	(153)
	<u>-</u>	<u>(254.484)</u>	<u>-</u>	<u>(228.218)</u>
Receita líquida	<u>7.717.973</u>	<u>1.705.141</u>	<u>7.615.519</u>	<u>1.512.972</u>

(*) MWh – Mega watt-hora, não auditado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Custos e despesas

	Consolidado				
	2022		2021		
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total
Natureza dos custos e despesas					Total
Energia comprada	(831.172)	-	-	-	(831.172)
Depreciação e amortização	-	(399.451)	(4.668)	-	(404.119)
Encargos de uso da rede elétrica	(209.484)	-	-	-	(209.484)
Repactuação de risco hidrológico	-	-	-	-	-
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis pela União (Nota 12)	-	-	-	634.614	634.614
Baixa de ativos não indenizáveis - terrenos (Nota 12)	-	-	-	(385.890)	(385.890)
Baixa de ativos não indenizáveis - canal e eclusa (Nota 12)	-	-	-	(248.724)	(248.724)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível (Nota 14)	-	-	-	230.924	230.924
Pessoal	-	(26.518)	(61.610)	-	(88.128)
Reversão para litígios (Nota 21)	-	-	-	59.969	59.969
Serviços de terceiros	-	(20.498)	(34.199)	-	(54.697)
Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 20.3.3)	-	-	-	20.148	20.148
Contratos futuros de energia	-	-	-	8.209	8.209
Seguros	-	-	(4.271)	-	(4.271)
Manutenção e conservação	-	(2.990)	(1.196)	-	(4.186)
Provisão para obrigações socioambientais (Nota 19)	-	-	-	(3.907)	(3.907)
Impostos, taxas e contribuições	-	(976)	(2.605)	-	(3.581)
Aluguéis	-	(1.059)	(1.253)	(488)	(2.800)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(2.496)	(2.496)
Benefício pós emprego (Nota 20.3.3)	-	-	-	(87)	(87)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	-	(6.482)	(6.176)	19.458	6.800
Total	(1.040.656)	(457.974)	(115.978)	331.730	(1.282.878)

	Controladora				
	2022		2021		
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (i)	Total
Natureza dos custos e despesas					Total
Energia comprada	(298.538)	-	-	-	(298.538)
Depreciação e amortização	-	(399.572)	(4.502)	-	(404.074)
Encargos de uso da rede elétrica	(209.484)	-	-	-	(209.484)
Repactuação de risco hidrológico	-	-	-	-	-
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis pela União (Nota 12)	-	-	-	634.614	634.614
Baixa de ativos não indenizáveis - terrenos (Nota 12)	-	-	-	(385.890)	(385.890)
Baixa de ativos não indenizáveis - canal e eclusa (Nota 12)	-	-	-	(248.724)	(248.724)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível (Nota 14)	-	-	-	230.924	230.924
Pessoal	-	(26.518)	(57.361)	-	(83.879)
Reversão para litígios (Nota 21)	-	-	-	59.969	59.969
Serviços de terceiros	-	(20.498)	(32.735)	-	(53.233)
Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 20.3.3)	-	-	-	20.148	20.148
Seguros	-	-	(4.273)	-	(4.273)
Manutenção e conservação	-	(5.134)	(1.658)	-	(6.792)
Provisão para obrigações socioambientais	-	-	-	(3.907)	(3.907)
Impostos, taxas e contribuições	-	(976)	(2.052)	-	(3.028)
Aluguéis	-	(1.059)	(1.153)	-	(2.212)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(2.496)	(2.496)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	-	(4.217)	(3.351)	19.537	11.969
Total	(508.022)	(457.974)	(107.085)	324.175	(748.906)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.1 Custo com energia elétrica

	Consolidado	
	2022	2021
Energia comprada		
Energia comprada para revenda	(512.756)	(668.793)
Energia comprada para revenda - partes relacionadas	(60.942)	(30.313)
Operações de trading	(221.978)	(382.776)
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(28.852)	(26.213)
Energia de curto prazo - CCEE	(6.644)	(14.339)
	(831.172)	(1.122.434)
Repactuação de risco hidrológico		
Repactuação de risco hidrológico	-	781.974
		781.974
Uso da rede elétrica		
Encargos de uso da rede elétrica	(209.484)	(176.414)
	(209.484)	(176.414)
	(1.040.656)	(516.874)

	Controladora	
	2022	2021
Energia comprada		
Energia comprada para revenda	(167.339)	(273.109)
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	(95.703)	(28.563)
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(28.852)	(14.339)
Energia de curto prazo - CCEE	(6.644)	(26.213)
	(298.538)	(342.224)
Repactuação de risco hidrológico		
Repactuação de risco hidrológico	-	781.974
	-	781.974
Uso da rede elétrica		
Encargos de uso da rede elétrica	(209.484)	(176.414)
	(209.484)	(176.414)
	(508.022)	263.336

6 Resultado financeiro

6.1 Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

Compreendem principalmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.2 Composição

	Consolidado	
	2022	2021
Receitas financeiras		
Atualização de ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	2.421.617	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	87.613	21.924
Atualização monetária sobre depósitos judiciais (Nota 10)	13.907	9.221
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	1.860	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(4.494)	(1.171)
Outras receitas financeiras	3.969	2.554
	2.524.472	32.528
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	(231.822)	-
Juros e encargos sobre debêntures (Nota 17)	(117.005)	(88.424)
Atualização monetária sobre debêntures (Nota 17)	(95.836)	(166.544)
Atualização monetária sobre provisão para litígios	(96.892)	(167.513)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego (Nota 20.3.3)	(159.869)	(158.122)
Atualização monetária sobre acordos judiciais (Nota 21)	(3.705)	(8.877)
Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures	-	(22.500)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais (Nota 19)	(10.702)	(4.488)
Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais	(2.497)	(14.929)
Ajuste a valor presente sobre UBP (Nota 18)	(5.400)	(5.631)
Atualização P&D - projetos	(680)	(377)
Outras despesas financeiras	(15.834)	(9.290)
	(740.242)	(646.695)
Resultado financeiro	1.784.230	(614.167)
	Controladora	
	2022	2021
Receitas financeiras		
Atualização de ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	2.421.617	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	74.902	19.566
Atualização monetária sobre depósitos judiciais (Nota 10)	13.907	9.221
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	1.860	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(3.838)	(1.045)
Outras receitas financeiras	2.552	2.211
	2.511.000	29.953
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente sobre ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	(231.822)	-
Juros e encargos sobre debêntures (Nota 17)	(117.005)	(88.424)
Atualização do saldo de debêntures (Nota 17)	(95.836)	(166.544)
Atualização monetária sobre provisão para litígios (Nota 21)	(96.892)	(167.513)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego (Nota 20)	(159.869)	(158.122)
Atualização sobre acordos judiciais	(3.705)	(8.877)
Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures	-	(22.500)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais (Nota 19)	(10.702)	(4.488)
Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais	(2.497)	(14.929)
Ajuste a valor presente sobre UBP - Uso do bem público (Nota 18)	(5.400)	(5.631)
Atualização P&D - projetos	(680)	(377)
Outras despesas financeiras	(15.000)	(9.237)
	(739.408)	(646.642)
Resultado financeiro	1.771.592	(616.689)

7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

7.1 Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos, indexados à taxa de depósito interbancário.

7.2 Composição

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Caixa				
Caixa e bancos	2.068	202	611	127
Equivalentes de caixa				
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	536.057	343.924	449.531	322.500
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	49.085	-	49.085
Quota de fundos de investimento	578.427	-	140.428	-
Operações compromissadas	-	35.020	-	4.829
	1.114.484	428.029	589.959	376.414
	1.116.552	428.231	590.570	376.541
Aplicações financeiras				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	105.347	77.751	105.347	77.751
	105.347	77.751	105.347	77.751
	1.221.899	505.982	695.917	454.292

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 99% e 102,77% do CDI (Em 31 de dezembro 2021 - entre 71,76% e 101,44% do CDI).

8 Contas a receber

8.1 Política contábil

Correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada CESP Comercializadora. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Planejamento e Gestão Financeira da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Leilões de Energia: representados por contas a receber às distribuidoras no âmbito de contratos firmados no ambiente regulado, conforme participação em leilões.

Contratos bilaterais: representados por contas a receber de consumidores industriais e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo – CCEE: o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”), podendo representar um valor a receber ou a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8.2 Composição

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Contratos bilaterais	140.463	145.701	56.603	74.596
Contratos bilaterais - partes relacionadas (Nota 22)	25.621	8.328	59.544	29.104
Operações de trading	-	41.054	-	-
Leilões de energia	71.456	62.395	71.456	62.395
Energia de curto prazo - CCEE	13.199	10.961	10.491	9.949
	250.739	268.439	198.094	176.044

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada CESP Comercializadora não possuem saldos vencidos nem contas cujo recebimento seja considerado duvidoso; e dessa forma nenhuma provisão para perdas com tais recebíveis foi constituída.

9 Ativos indenizáveis pela União

Conforme mencionado na nota 1.2 (e), a Companhia celebrou acordo judicial com a União Federal, o qual prevê o recebimento da indenização dos ativos sujeitos à indenização referente à Usina Três Irmãos, sendo a forma de recebimento em 84 parcelas mensais e consecutivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante ("SAC"), com o início de pagamento da primeira parcela até 15 de outubro de 2023.

Diante do acordo, houve a reclassificação do saldo de ativos sujeito à indenização (Nota 12), além do reconhecimento da atualização monetária e constituição de ajuste a valor presente, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado e controladora
	2022
Ativos indenizáveis pela União - acordo Três Irmãos	
Reclassificação de ativos sujeito à indenização (Nota 12)	1.717.362
Atualização de acordo de ativos indenizáveis (Nota 8)	2.421.617
Constituição de ajuste a valor presente sobre valores a receber (Nota 6)	(231.822)
Realização de ajuste a valor presente (Nota 6)	1.860
Acordo homologado a receber atualizado	3.909.017
Circulante	161.856
Não circulante	3.747.161
	3.909.017

A atualização do acordo se deu com base na SELIC, desde a data que foi entregue a concessão, em 15 de junho de 2012 até a data do acordo em 07 de dezembro de 2022, sendo a taxa acumulada de 138,94%, no montante de R\$ 2.386.044. Além disso, houve a atualização do saldo a receber até o final do exercício em 31 de dezembro de 2022, utilizando a taxa SELIC do período, no montante de R\$ 35.573, totalizando a R\$ 2.421.617

- (i) A constituição de ajuste a valor presente sobre os ativos indenizáveis pela União se deu com a taxa de CDI + 1,70% tendo como taxa referencial as taxas praticadas pelo mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Cauções e depósitos judiciais

10.1 Política contábil

Referem-se a garantias prestadas vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelos seus valores históricos acrescidos de atualização monetária e são relacionados com a provisão para litígios.

10.2 Composição e movimentação

						Consolidado	
						2022	2021
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Outros depósitos	Cauções (i)	Total	Total
Saldo inicial do exercício	161.273	19.533	13.273	16	1.873	195.968	260.496
Adições	11	6.497	22	45	1.236	7.811	18.560
Atualizações	11.299	2.152	417	6	33	13.907	9.221
Convertidos/ Levantados	(19.862)	(16.875)	(6)	(40)	(650)	(37.433)	(17.124)
(-) Baixas	(3.937)	(1.023)	-	(23)	-	(4.983)	(75.185)
Empresas incluídas na consolidação	829	-	-	-	-	829	-
Saldo final do exercício	149.613	10.284	13.706	4	2.492	176.099	195.968

(i) Crédito caucionado referente a garantia financeira junto à CCEE.

11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

11.1 Política contábil

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer interpretações divergentes entre as autoridades fiscais e as companhias. Portanto, o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22) visa tratar especificamente da contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro, imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, buscando mais transparência, consistência e comparabilidade das demonstrações financeiras.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Administração da companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre aplicabilidade e montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado.

Com base em avaliações técnicas, se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 2022, a Companhia não identificou efeitos contábeis com probabilidade provável de o tratamento fiscal não ser aceito.

11.3 Composição dos saldos de impostos diferidos

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2022 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

As projeções, as quais levam em conta o prazo limite de cada concessão, adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa utilizada para as análises é o Planejamento estratégico que demonstra que a Companhia gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais. É possível observar que os prejuízos fiscais e base negativa tem estimativa de serem recuperados em sua totalidade até 2036.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo (a)		Passivo (b)		Líquido Ativo (a-b)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social						
Efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa	1.053.214	1.035.256	-	-	1.053.214	1.035.256
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	16.257	18.291	(16.257)	(18.291)
Provisão para litígios	402.058	451.982	-	-	402.058	451.982
Provisão para Impairment - CPC 01	510.046	588.560	-	-	510.046	588.560
Repactuação de risco hidrológico	-	-	242.052	254.587	(242.052)	(254.587)
Provisão ativo regulatório	275.685	461.031	-	-	275.685	461.031
Hedge Accounting operacional	-	4.318	-	-	-	4.318
Atualização de benefícios pós-emprego	(2.203)	74.085	-	-	(2.203)	74.085
AVP de acordos de ativos indenizáveis	78.187	-	-	-	78.187	-
Contratos futuros de energia	-	2.790	-	-	-	2.790
Outras Provisões	68.630	72.149	-	-	68.630	72.149
	2.385.617	2.690.171	258.309	272.878	2.127.308	2.417.293
Efeito em outros resultados abrangentes						
Custo atribuído de imobilizado (Nota 23.4)	441.576	458.615	-	-	441.576	458.615
Benefícios pós-emprego	431.940	532.985	-	-	431.940	532.985
	873.516	991.600	-	-	873.516	991.600
	3.259.133	3.681.771	258.309	272.878	3.000.824	3.408.893

	Ativo (a)		Passivo (b)		Líquido Ativo (a-b)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social						
Efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa	1.052.523	1.032.848	-	-	1.052.523	1.032.848
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	16.257	18.291	(16.257)	(18.291)
Provisão para litígios	402.058	451.982	-	-	402.058	451.982
Provisão para Impairment - CPC 01	510.046	588.560	-	-	510.046	588.560
Repactuação de risco hidrológico	-	-	242.052	254.587	(242.052)	(254.587)
Provisão ativo regulatório	275.685	461.031	-	-	275.685	(254.587)
Hedge Accounting operacional	-	2.818	-	-	-	2.818
Atualização de benefícios pós-emprego	(2.203)	74.085	-	-	(2.203)	74.085
AVP de acordos de ativos indenizáveis	78.187	-	-	-	78.187	-
Outras Provisões	68.434	71.818	-	-	68.434	71.818
	2.384.730	2.683.142	258.309	272.878	2.126.421	2.410.264
Efeito em outros resultados abrangentes						
Custo atribuído de imobilizado (Nota 23.4)	441.576	458.615	-	-	441.576	458.615
Benefícios pós-emprego	431.940	532.985	-	-	431.940	532.985
	873.516	991.600	-	-	873.516	991.600
Total registrado	3.258.246	3.674.742	258.309	272.878	2.999.937	3.401.864

11.4 Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre o prejuízo fiscal e base negativa em 31 de dezembro de 2022:

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					Total
	2023	2024 a 2026	2027 a 2029	2030 a 2032	De 2033 até 2056	
Realização de diferido com efeito em resultado						
Créditos tributários						
Prejuízo fiscal e base negativa	32.779	222.443	129.945	119.263	548.784	1.053.214
Demais ajustes temporários	149.972	423.002	338.171	332.731	703.734	1.947.610
	<u>182.751</u>	<u>645.445</u>	<u>468.116</u>	<u>451.994</u>	<u>1.252.518</u>	<u>3.000.824</u>

11.5 Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial do exercício	3.408.893	3.954.680	3.401.864	3.933.797
Efeitos no resultado do exercício	(307.024)	(246.097)	(300.882)	(244.410)
Efeitos em outros componentes do resultado abrangente				
Hedge accounting operacional	-	(32.082)	-	(19.915)
Remensuração de benefícios pós-emprego	(101.045)	(267.608)	(101.045)	(267.608)
Empresa incorporada incluída na consolidação	(51)	-	-	-
Saldo final do exercício	<u>3.000.773</u>	<u>3.408.893</u>	<u>2.999.937</u>	<u>3.401.864</u>

11.6 Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social no resultado

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.756.705	705.439	2.745.486	703.718
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota nominal	(937.280)	(239.849)	(933.465)	(239.264)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	-	-	6.004	1.096
Equivalência patrimonial	-	-	-	-
Impairment	30.423	-	30.423	-
Baixa de ativos indenizáveis pela União	(215.769)	-	(215.769)	-
Atualização monetária de acordos indenizáveis	823.350	-	823.350	-
Incentivo fiscal	393	395	(81)	395
Outras exclusões permanentes, líquidas	(11.301)	(6.521)	(9.331)	(6.481)
	<u>627.096</u>	<u>(6.126)</u>	<u>634.596</u>	<u>(4.990)</u>
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre itens sem constituição de tributos diferidos				
Outras adições (exclusões) temporárias, líquidas	96	(18.637)	-	(18.637)
	<u>96</u>	<u>(18.637)</u>	<u>-</u>	<u>(18.637)</u>
IRPJ e CSLL apurados	<u>(310.088)</u>	<u>(264.612)</u>	<u>(298.869)</u>	<u>(262.891)</u>
IRPJ e CSLL no resultado				
Correntes	(3.115)	(18.515)	2.013	(18.481)
Diferidos	(306.973)	(246.097)	(300.882)	(244.410)
	<u>(310.088)</u>	<u>(264.612)</u>	<u>(298.869)</u>	<u>(262.891)</u>
Taxa efetiva - %	11,25	37,51	10,89	37,36

12 Ativos sujeitos à indenização

12.1 Política contábil

Correspondem a ajustes realizados no ativo, contabilizados entre 2013 e 2015, a fim de adequar o valor registrado das respectivas UHEs Ilha Solteira e Jupiá para o valor incontroverso, sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judicialmente, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Os ativos sujeitos a indenização sofrerão atualização financeira conforme prazos e índice a serem definidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O CPC 25 define ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

12.2 Composição e movimentação

	Consolidado e controladora					
					2022	2021
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupia	Jaguari	Total	Total
Composição e movimentação do ativo sujeito a indenização						
Ativo sujeito à indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	27.589	6.364.845	6.364.845
Ajuste para <i>impairment</i>	-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)	(2.003.128)
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	-	(2.622.556)	(2.622.556)
Saldo inicial em 01 de janeiro	1.717.362	2.028	-	19.771	1.739.161	1.739.161
Reclassificação para ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	634.614	-	-	-	634.614	-
Baixa de ativos não indenizáveis - canal e eclusa (Nota 4)	(248.724)	-	-	-	(248.724)	-
Baixa de ativos não indenizáveis - terrenos (Nota 4)	(385.890)	-	-	-	-	-
Reclassificação para ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	(1.717.362)	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro	-	2.028	-	19.771	2.125.051	1.739.161
Ativo sujeito à indenização	-	2.165.858	642.318	27.589	2.835.765	6.364.845
Ajuste para <i>impairment</i>	-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)	(2.003.128)
Ajuste ativo contingente	-	(506.346)	(304.492)	-	(810.838)	(2.622.556)
Ativo sujeito a indenização (líquido)	-	2.028	-	19.771	21.799	1.739.161

	Consolidado e controladora			
	Ilha Solteira	Jupia	Total	2021
				Total
Composição do ajuste ativo contingente				
Ativo regulatório	(508.374)	(304.492)	(812.866)	(1.360.386)
Custo Atribuído (<i>deemed cost</i>)	-	-	-	(1.264.198)
Portaria MME No 458 de 01.10.2015	2.028	-	2.028	2.028
Ajuste ativo contingente	(506.346)	(304.492)	(810.838)	(2.622.556)

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupia, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente, abaixo detalhada.

Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a Companhia formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A Companhia, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguari no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, Furnas Centrais Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2.2 Usinas de Ilha Solteira e Jupia

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, “considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015”. Para a UHE de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a Companhia ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupia, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos. Apenas o recurso da Companhia foi parcialmente provido em 2ª instância, motivo pelo qual ambas as partes apresentaram recursos à 3ª instância, os quais aguardam, atualmente, julgamento.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu, em anos anteriores, ajustes para desvalorização desses ativos, no montante de R\$ 810.838 (Ilha Solteira – R\$ 506.346 e Jupia – R\$ 304.492, respectivamente).

12.2.3 Usina Jaguari

Em 19 de maio de 2020, o MME publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a Companhia como operadora temporária da Usina Hidrelétrica Jaguari (“UHE Jaguari”), no regime de cotas de garantia física, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União. Em 13 de novembro de 2020, o MME publicou a Portaria nº 409/2020, que designou Furnas Centrais Elétricas S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021. Dessa forma, a controlada CESP reclassificou o valor residual do ativo imobilizado da UHE Jaguari para a rubrica de Ativos sujeitos à indenização no montante total de R\$ 19.771, em 31 de dezembro de 2020, e aguarda a definição dos valores de indenização a serem fixados pela União. Até o momento a União não se manifestou em relação ao valor de indenização da UHE Jaguari.

13 Investimentos

13.1 Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas (“subsidiárias”). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

a) *Impairment* de investimentos

Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixas (UGCs) para fins de teste de *impairment*.

A Companhia não identificou indícios de *impairment* para seu investimento, em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Composição

Abaixo está apresentado o investimento avaliado por equivalência patrimonial:

				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Informações em 31 de dezembro de 2022						
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	2022	2021	2022	2021
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Controladas							
CESP Comercializadora de Energia S.A.	79.823	14.969	100,00	14.969	3.224	79.823	68.410
Jaíba V Holding S.A. (i)	498.441	1.391	100,00	2.690	-	498.441	-
				17.659	3.224	578.264	68.410

(i) O saldo de equivalência patrimonial é proporcional à data de incorporação.

13.3 Movimentação

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	68.410	31.176
Equivalência patrimonial	17.659	3.224
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	-	23.618
Integralização de capital em investida (Nota 1.3 (a))	496.075	10.000
Aumento de capital em investida via dividendos deliberados	-	1.158
Dividendos deliberados	(3.880)	(766)
CESP Comercializadora de Energia S.A.	(3.555)	(766)
Jaíba V Holding S.A.	(325)	-
Saldo final do exercício	578.264	68.410

13.4 Informações da investida

Apresentamos a seguir, o resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em dezembro de 2022 e de 2021:

	CESP Comercializadora de Energia S.A.	Jaíba V Holding S.A.	CESP Comercializadora de Energia S.A.
	2022	2022	2021
Ativo circulante	207.345	1.573	456.294
Ativo não circulante	1.248	497.184	348.725
Total do ativo	208.593	498.757	805.019
Passivo circulante	(128.770)	(354)	(398.912)
Passivo não circulante	-	(13)	(337.697)
Patrimônio líquido	(79.823)	(498.390)	(68.410)
Total do passivo e patrimônio líquido	(208.593)	(498.757)	(805.019)
Receita líquida	1.166.193	-	1.092.771
Custos e despesas operacionais	(1.159.747)	1.335	(1.092.069)
Resultado financeiro	8.523	56	2.522
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	14.969	1.391	3.224

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

14.1 Política contábil

a) Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

b) Custos socioambientais

Refere-se aos custos socioambientais relativos à Licença de Operação da UHE Porto Primavera, relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da referida UHE. Para estes custos foi elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos são amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2 Composição e movimentação

									Consolidado	
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos socioambientais	Em andamento	2022	2021
Custo	302.851	8.935.746	2.358.105	2.401.905	6.119	3.015	198.020	5.189	14.210.950	14.167.632
Provisão para <i>impairment</i>	(37.248)	(815.619)	(276.149)	(316.966)	-	-	-	-	(1.445.982)	(1.496.914)
Depreciação acumulada	(21.663)	(4.085.944)	(1.552.705)	(1.330.061)	(4.981)	(1.119)	(46.071)	-	(7.042.544)	(6.714.289)
Saldo líquido inicial do exercício	243.940	4.034.183	529.251	754.878	1.138	1.896	151.949	5.189	5.722.424	5.956.429
Adições	-	-	-	-	-	-	25.435	15.533	40.968	56.869
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.321)
Ativações	-	-	657	1.567	-	-	-	(2.224)	-	-
Transferências	(3.896)	91.282	(20.550)	(66.969)	-	133	-	-	-	(743)
Depreciação	(7.792)	(215.204)	(45.852)	(29.063)	(154)	(120)	(21.623)	-	(319.808)	(328.255)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.487)
Reversão para <i>impairment</i> (Nota 14.4(b))	5.949	130.255	44.101	50.619	-	-	-	-	230.924	50.932
Empresa incluída na consolidação	-	-	-	-	-	-	-	56.805	56.805	-
Saldo final do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	75.303	5.674.508	5.722.424
Custo	302.747	8.750.749	2.265.448	2.657.751	6.119	3.499	223.455	75.303	14.285.071	14.210.950
Provisão para <i>impairment</i>	(31.299)	(685.364)	(232.048)	(266.347)	-	-	-	-	(1.215.058)	(1.445.982)
Depreciação acumulada	(33.247)	(4.024.869)	(1.525.793)	(1.680.372)	(5.135)	(1.590)	(67.694)	-	(7.338.700)	(7.042.544)
Saldo líquido final do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	75.303	5.731.313	5.722.424
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	2,7%	2,3%	2,9%	5,4%	3,9%	10,0%			

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

									Controladora	
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos socioambientais	Em andamento	2022	2021
Custo	302.851	8.935.746	2.358.105	2.401.905	6.119	3.015	198.020	5.189	14.210.950	14.167.632
Provisão para <i>impairment</i>	(37.248)	(815.619)	(276.149)	(316.966)	-	-	-	-	(1.445.982)	(1.496.914)
Depreciação acumulada	(21.663)	(4.085.944)	(1.552.705)	(1.330.061)	(4.981)	(1.119)	(46.071)	-	(7.042.544)	(6.714.289)
Saldo líquido inicial do exercício	243.940	4.034.183	529.251	754.878	1.138	1.896	151.949	5.189	5.722.424	5.956.429
Adições	-	-	-	-	-	-	25.435	9.621	35.056	56.869
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.321)
Ativações	-	-	657	1.567	-	-	-	(2.224)	-	-
Transferências	(3.896)	91.282	(20.550)	(66.969)	-	133	-	-	-	(743)
Depreciação	(7.792)	(215.204)	(45.852)	(29.063)	(154)	(120)	(21.623)	-	(319.808)	(328.255)
Reclassificação para ativos mantidos para venda (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.487)
Reversão para <i>impairment</i> (Nota 14.4(b))	5.949	130.255	44.101	50.619	-	-	-	-	230.924	50.932
Empresas incluídas na consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	12.586	5.668.596	5.722.424
Custo	302.747	8.750.749	2.265.448	2.657.751	6.119	3.499	223.455	12.586	14.222.354	14.210.950
Provisão para <i>impairment</i>	(31.299)	(685.364)	(232.048)	(266.347)	-	-	-	-	(1.215.058)	(1.445.982)
Depreciação acumulada	(33.247)	(4.024.869)	(1.525.793)	(1.680.372)	(5.135)	(1.590)	(67.694)	-	(7.338.700)	(7.042.544)
Saldo líquido final do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	12.586	5.668.596	5.722.424
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	2,7%	2,3%	2,9%	5,4%	3,9%	10,0%			

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.3 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

O efeito líquido da primeira adoção do custo atribuído para todas as usinas que a Companhia detinha a concessão à época resultou em um aumento no ativo imobilizado, porém individualmente para UHE Porto Primavera o resultado foi uma redução em seu respectivo ativo imobilizado. Com o fim das demais concessões, o saldo remanescente é, substancialmente, o saldo da UHE Porto Primavera de R\$ 857.178 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 890.254 em 31 de dezembro de 2021), que será realizado pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos, e cuja movimentação foi a seguinte:

	Consolidado e controladora		
	Custo atribuído	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações acumuladas	(4.902.147)	1.666.730	(3.235.417)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(1.348.869)	458.615	(890.254)
Realização no exercício (depreciação)	50.114	(17.039)	33.075
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(1.298.755)	441.576	(857.179)

14.4 Teste de ativos imobilizado e intangível para verificação de *impairment*

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia identificou indícios de reversão de *impairment* em seus ativos e utilizou as premissas a seguir nos testes quantitativos:

a) Premissas utilizadas no teste de *impairment*

O valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado, onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos durante sua vida útil e até o fim das concessões. O fluxo de caixa foi realizado no nível da usina de Porto Primavera (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:

- (i) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para a usina (UGC), na UHE Porto Primavera, considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão detida pela Companhia, incluindo o período de prorrogação. A premissa referente ao contencioso da Companhia foi revisitada e considerada nos saldos contábeis da UGC (*carrying amount*) a partir do ano de 2022, como uma evolução prospectiva na metodologia do cálculo.
- (ii) Na UHE Porto Primavera, o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056, e consequentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização.
- (iii) Como a concessão da UHE Paraibuna encerrou em 05 de maio e atualmente a Companhia está operando a mesma em caráter temporário, essa usina não foi incluída no escopo dos testes de *impairment* do exercício de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 6,69% - WACC *post-tax* (7,46% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), considerada pela Administração da controlada como compatível com o mercado.

As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são, principalmente, o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia, conforme projeções realizadas pela Companhia, considerando as operações existentes e relacionados ao contrato de concessão atualmente vigente.

b) Resultados do teste de *impairment*

Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a Companhia comparou-o com o valor contábil da respectiva usina. Como resultado foi constatado que para a UHE Porto Primavera ocorreu reversão de provisão de *impairment* no montante de R\$ 230.924 (em 31 de dezembro de 2021, houve constituição de provisão no montante de R\$ (299.452) referente à repactuação do risco hidrológico reconhecido no ativo intangível e reversão de provisão de *impairment* no montante de R\$ 50.932 no ativo imobilizado, totalizando o montante líquido de R\$ (248.520)), com reconhecimento no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 5).

			Consolidado
			2022
	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor de uso	Reversão de <i>Impairment</i>
Usina			
UHE Porto Primavera	7.235.558	7.004.634	230.924
	7.235.558	7.004.634	230.924
			Consolidado
			2021
	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor de uso	Provisão de <i>Impairment</i>
Usina			
UHE Porto Primavera	7.806.578	7.558.058	(248.520)
UHE Paraibuna	41.493	41.493	-
	7.848.071	7.599.551	(248.520)
			Consolidado
Análise de sensibilidade			
GSF	-2 p.p.	Atual	+2 p.p.
<i>Impairment</i>	326.577	230.924	135.271
Preço de energia	-R\$ 5,00 / MWh	Atual	+R\$ 5,00 / MWh
<i>Impairment</i>	188.949	230.924	272.898

15 Intangível

15.1 Política contábil

a) Software e licença de uso

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

b) Repactuação risco hidrológico

Refere-se a extensão do prazo de concessão da UHE Porto Primavera, após a homologação do prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, pela ANEEL, em 14 de setembro de 2021, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), referente às novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) UBP - Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público – UBP.

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

d) Direito de outorga

O Decreto no 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela ANEEL e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica (UHE Porto Primavera).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão.

15.2 Composição e movimentação

	Consolidado					
	Software e licença de uso	Repactuação risco hidrológico	UBP - Uso do bem público	Outorga	Em andamento	
Custo	30.369	808.108	183.119	1.398.703	2.782	2.423.081
Provisão para <i>impairment</i>	-	(299.452)	-	-	-	(299.452)
Depreciação acumulada	(23.791)	(44.944)	(16.182)	(124.903)	-	(209.820)
Saldo líquido inicial do exercício	6.578	463.712	166.937	1.273.800	2.782	1.913.809
Adições	-	-	-	-	491	491
Baixas	-	-	(6.066)	-	-	(6.066)
Ativações	854	-	-	-	(854)	-
Transferências	-	-	-	-	-	743
Amortização	(3.404)	(36.873)	(4.996)	(38.060)	-	(83.333)
(Provisão)/ Reversão de <i>impairment</i> (Nota 14.4)	-	-	-	-	-	(299.452)
Saldo final do exercício	4.028	426.839	155.875	1.235.740	2.419	1.824.901
Custo	31.223	808.108	177.053	1.398.703	2.419	2.417.506
Provisão para <i>impairment</i>	-	(299.452)	-	-	-	(299.452)
Depreciação acumulada	(27.195)	(81.817)	(21.178)	(162.963)	-	(293.153)
Saldo líquido final do exercício	4.028	426.839	155.875	1.235.740	2.419	1.824.901
Taxas médias anuais de amortização - %	10,0%	8,1%	3,3%	3,3%		

- (i) A controlada CESP Comercializadora de Energia possui em 31 de dezembro de 2022, R\$ 342 de direito de uso de softwares.

16 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Energia comprada para revenda	61.582	104.812	19.799	22.137
Energia de curto prazo - CCEE	-	196	-	196
Energia comprada para revenda - partes relacionadas (Nota 22)	12.883	2.313	7.237	6.929
Encargos de uso da rede elétrica	22.484	24.212	22.484	24.212
Fornecedores de materiais e serviços	22.283	9.392	16.464	9.381
Fornecedores de materiais e serviços - partes relacionadas (Nota 22)	333	339	331	333
	119.565	141.264	66.315	63.188

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Debêntures

17.1 Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

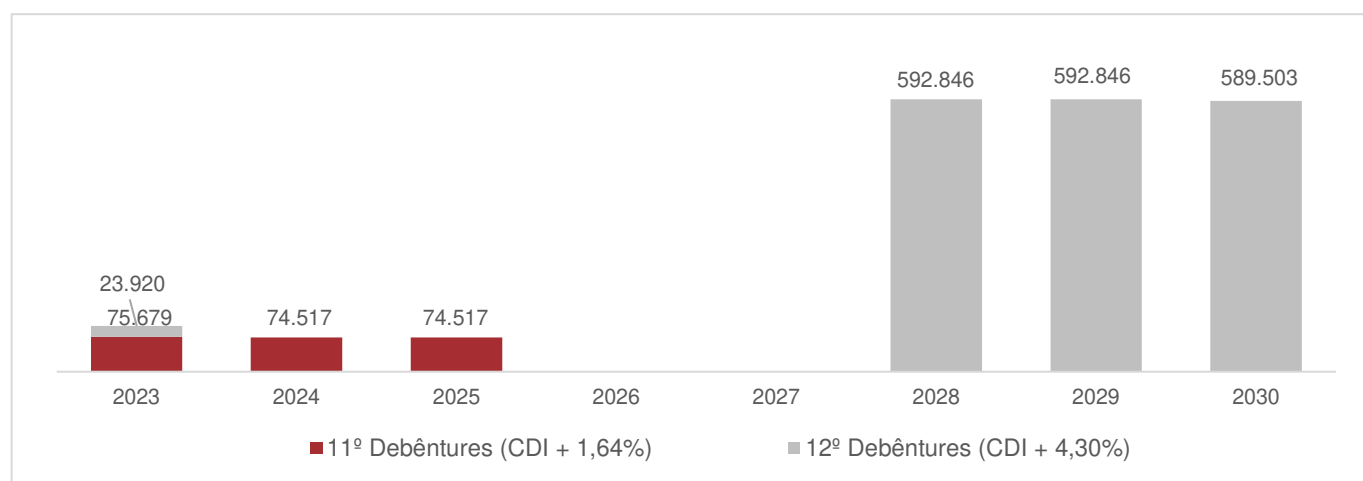
17.2 Composição

		Consolidado e controladora								
		2022								
	Encargos financeiros anuais	Circulante				Não circulante			Total	Valor justo
		Encargos	Principal	Custo de captação	Total	Principal	Custo de captação	Total		
Debêntures - 11ª emissão	CDI + 1,64% a.a.	1.162	75.000	(483)	75.679	150.000	(966)	149.034	224.713	231.215
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30% a.a.	28.935	-	(5.015)	23.920	1.808.624	(33.429)	1.775.195	1.799.115	1.547.357
		<u>30.097</u>	<u>75.000</u>	<u>(5.498)</u>	<u>99.599</u>	<u>1.958.624</u>	<u>(34.395)</u>	<u>1.924.229</u>	<u>2.023.828</u>	<u>1.778.572</u>

		Consolidado e controladora								
		2021								
	Encargos financeiros anuais	Circulante				Não circulante			Total	Valor justo
		Encargos	Principal	Custo de captação	Total	Principal	Custo de captação	Total		
Debêntures - 11ª emissão	CDI + 1,64% a.a.	1.114	75.000	(483)	75.631	225.000	(1.450)	223.550	299.181	229.181
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30% a.a.	27.401	-	(5.014)	22.387	1.712.787	(38.442)	1.674.345	1.696.732	1.600.194
		<u>28.515</u>	<u>75.000</u>	<u>(5.497)</u>	<u>98.018</u>	<u>1.937.787</u>	<u>(39.892)</u>	<u>1.897.895</u>	<u>1.995.913</u>	<u>1.829.375</u>

A Companhia possui contratos de dívida (debêntures) sem *covenants* (cláusulas restritivas) financeiros, normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Porém, outras cláusulas restritivas constantes da Escritura de Emissão são constantemente monitoradas. As obrigações decorrentes das debêntures, incluindo as obrigações pecuniárias, poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia resultar em um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

17.3 Cronograma de vencimentos de principal de debêntures



Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.4 Movimentação

	Consolidado e controladora	
	2022	2021
Saldo inicial do exercício	1.995.913	1.819.074
Provisão de juros	117.005	88.424
Atualização monetária	95.836	166.544
Apropriação de custos de captação	5.498	5.498
Liquidações	(75.000)	-
Juros pagos	(115.424)	(83.627)
Saldo final do exercício	2.023.828	1.995.913

18 UBP - Uso do bem público

18.1 Política contábil

De acordo com o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a Companhia tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos.

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 37 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

18.2 Composição e movimentação

	UBP	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado e controladora	
			2022	2021
Saldo inicial do período	140.547	(10.554)	129.993	155.364
Realização do ajuste a valor presente	-	5.400	5.400	5.631
Reavaliação do fluxo de desembolso	(5.630)	(436)	(6.066)	11.153
Pagamentos	(42.773)	-	(42.773)	(42.155)
Saldo final do período	92.144	(5.590)	86.554	129.993
Circulante	43.465	-	43.465	42.462
Não circulante	48.679	(5.590)	43.089	87.531
	92.144	(5.590)	86.554	129.993

19 Obrigações socioambientais

19.1 Política contábil

Os custos socioambientais relativos à Licença de Operação (“LO”) Nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018, são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da Companhia que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2 Composição e movimentação

	Licença ambiental	Termo de ajuste de conduta (TAC)	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado e controladora	
				2022	2021
Saldo inicial do período	217.492	53.916	(45.570)	225.838	181.175
Reavaliação do fluxo de desembolso - licença ambiental	38.365	-	(12.930)	25.435	49.858
Reavaliação do fluxo de desembolso - TAC	-	3.907	(1.794)	2.113	7.607
Pagamentos	(29.410)	(7.175)	-	(36.585)	(17.290)
Realização do ajuste a valor presente	-	-	10.702	10.702	4.488
Saldo final do período	226.447	50.648	(49.592)	227.503	225.838
Circulante	32.782	7.778	-	40.560	38.013
Não Circulante	193.665	42.870	(49.592)	186.943	187.825
	226.447	50.648	(49.592)	227.503	225.838

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído em 1997.

20.1 Política contábil

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

Diferenças entre as metodologias PREVIC e CPC 33

O comparativo das metodologias de cálculo segundo o CPC 33 e a metodologia PREVIC - Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019, está demonstrado abaixo:

Metodologia	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Metodologia de Cálculo do Passivo Atuarial	Utilizado o método atuarial Crédito Unitário Projetado para apurar o valor presente da obrigação do plano.	Utilizado o método atuarial Agregado para apurar o valor presente da obrigação do plano.
Metodologia de Definição da Taxa de Desconto	Taxa definida com base nos títulos de longo prazo (NTN-Bs) posicionados em 31/12/2022	Taxa definida com base no corredor instituído pela Previc na Portaria Previc nº 337/2020

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também é apresentado o comparativo das hipóteses atuariais nas duas metodologias na mensuração do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2022:

Hipóteses	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Taxa de desconto anual	9,65% a.a (6,2% a.a. real)	4,83% a.a.
Taxa de inflação anual de longo prazo	3,25% a.a	3,75% a.a
Crescimento Real dos Salários	N/A em função do saldamento do plano	N/A em função do saldamento do plano
Crescimento Real da Unidade de Referência	3,25% a.a	N/A
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT - 1949 - Masculina agravada em 10%	AT 49 agravada em 10%
Entrada em Invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo suavizada em 50%
Rotatividade	N/A em função do saldamento do plano	N/A em função do saldamento do plano
Entrada em Aposentadoria	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos
Composição Familiar	Tempo de filiação ao plano - 15 anos ExpCF_2014	Tempo de filiação ao plano - 15 anos ExpCF_2014

Considerando as hipóteses acima, o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2022 da Companhia, calculado com base no CPC 33 é de R\$ 1.263.931, enquanto o passivo atuarial estimado com base na metodologia PREVIC correspondente exclusivamente à parcela da patrocinadora CESP seria de R\$ 1.710.430.

20.2 Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com o CPC 33 (R1) / IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2022, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

20.2.1 Premissas atuariais

	2022			2021		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Premissas:						
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	9,65%	9,65%	9,65%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	9,65%	9,65%	9,65%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	6,20%	6,20%	6,20%	5,26%	5,26%	5,26%
Taxa de crescimento salarial	N/A em função do saldamento do plano					N/A em função do saldamento do plano
Taxa de inflação de longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa de rotatividade	N/A em função do saldamento do plano					N/A em função do saldamento do plano
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo					AT 2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%					LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 1949 - Masculina agravada em 10%					AT - 1949 - Masculina agravada em 10%
Quantidade de participantes:						
Nº de participantes ativos	24	57	55	62	155	87
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	3.582	1.636	911	4.307	1.935	1.037
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	107	45	15	148	65	25
Nº de participantes inativos - pensionistas	982	184	61	1.227	231	84

20.2.2 Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

a) Planos BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP.

b) Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31 de dezembro de 1997 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31 de dezembro de 1997 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os auto-patrocinados estão incluídos entre os participantes.

c) Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;
3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10, 15 ou 20 anos;
4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência CESP.

20.3 Cálculo e movimentações

Análise de sensibilidade	BSPS	BD	CV	Total
Efeito sobre a obrigação de benefício definido se:				
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	5.449.864	885.216	135.899	6.470.979
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	5.048.261	803.392	123.192	5.974.845
Fluxos de caixa projetados	BSPS	BD	CV	Total
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte	52.767		1.191	53.958
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:				
2023	492.608	65.686	6.443	564.737
2024	484.104	64.552	6.332	554.988
2025	474.679	63.296	6.208	544.183
2026	464.797	61.978	6.079	532.854
2027	454.607	60.619	5.946	521.172
2028 a 2031	2.086.612	278.238	27.291	2.392.141

	Consolidado e controladora					
	BSPS		BD		CV	
Valor justo dos ativos do plano de benefícios	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos						
Disponível	-	-	-	-	-	-
Recebível	5.384.917	579.328	837.013	149	133.879	10.438
Investimento	4.112.423	5.199.132	828.726	986.255	116.147	131.406
	<u>9.497.340</u>	<u>5.778.460</u>	<u>1.665.739</u>	<u>986.404</u>	<u>250.026</u>	<u>141.844</u>
Passivos						
Obrigações	-	(142.279)	-	(4.900)	-	(1.020)
Fundos não previdenciais	(500)	(1.760)	(1.309)	-	-	-
Saldo de conta CD	-	-	(4.255)	(7.421)	(4.320)	(21.406)
Valor justo	<u>9.496.840</u>	<u>5.634.421</u>	<u>1.660.175</u>	<u>974.083</u>	<u>245.706</u>	<u>119.418</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.3.1 Conciliação dos ativos e passivos

	Consolidado e controladora				
			2022		2021
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Valor da obrigação atuarial líquida	5.241.721	841.793	129.217	6.212.731	7.897.265
Valor justo dos ativos dos planos	(4.036.147)	(814.419)	(98.234)	(4.948.800)	(6.111.766)
Total do passivo líquido	1.205.574	27.374	30.983	1.263.931	1.785.499

20.3.2 Demonstração do passivo atuarial

	Consolidado e controladora			
			2022	
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	6.677.895	1.068.343	151.027	7.897.265
Custo do serviço corrente (Nota 20.3.4)	-	-	87	87
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 20.3.4)	539.926	87.727	12.885	640.538
Efeito da migração ganhos atuariais (Nota 20.3.4)	(20.148)	-	-	(20.148)
Benefícios pagos efeito da migração sobre a obrigação	(1.209.173)	(155.492)	(16.779)	(1.381.444)
Benefícios pagos pelo plano	(561.217)	(72.103)	(9.350)	(642.670)
(Ganhos) /perdas atuariais (Nota 20.3.5)	(185.563)	(86.682)	(8.654)	(280.899)
Obrigação total no exercício	5.241.720	841.793	129.216	6.212.729
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(5.032.732)	(972.822)	(106.212)	(6.111.766)
Juros sobre ativos do plano (Nota 20.3.4)	(394.171)	(77.768)	(8.730)	(480.669)
Contribuições do patrocinador	(57.470)	-	(699)	(58.169)
Benefícios pagos efeito da migração sobre o ativo	922.540	141.312	11.577	1.075.429
Benefícios pagos pelo plano	561.217	72.103	9.350	642.670
Rendimento dos ativos do plano (Nota 20.3.5)	(35.528)	22.755	(3.520)	(16.293)
Valor justo dos ativos dos planos	(4.036.144)	(814.420)	(98.234)	(4.948.798)
Total do passivo líquido	1.205.576	27.373	30.982	1.263.931

	Consolidado e controladora			
			2021	
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	7.145.620	1.131.378	172.399	8.449.397
Custo do serviço corrente (Nota 20.3.4)	-	1.564	188	1.752
Custo do serviço passado (Nota 20.3.4)	-	1.861	-	1.861
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 20.3.4)	451.340	72.250	10.982	534.572
Contribuições de participantes	-	1.179	-	1.179
Benefícios pagos pelo plano	(529.866)	(63.747)	(10.487)	(604.100)
(Ganhos) /perdas atuariais (Nota 20.3.5)	(389.199)	(76.142)	(22.055)	(487.396)
Obrigação total no exercício	6.677.895	1.068.343	151.027	7.897.265
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(4.994.967)	(947.860)	(94.191)	(6.037.018)
Juros sobre ativos do plano (Nota 20.3.4)	(310.256)	(60.327)	(5.867)	(376.450)
Contribuições de participantes	-	(1.179)	-	(1.179)
Contribuições do patrocinador	-	(527)	(1.006)	(1.533)
Benefícios pagos pelo plano	529.866	63.747	10.487	604.100
Rendimento dos ativos do plano (Nota 20.3.5)	(257.375)	(26.676)	(15.635)	(299.686)
Valor justo dos ativos dos planos	(5.032.732)	(972.822)	(106.212)	(6.111.766)
Total do passivo líquido	1.645.163	95.521	44.815	1.785.499

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.3.3 Movimentação do passivo atuarial

	Consolidado e controladora	
	2022	2021
Saldo inicial do exercício	1.785.499	2.412.379
Custo do serviço corrente (Nota 20.3.4)	87	3.613
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 20.3.4)	159.869	158.122
Contribuições pagas	(58.169)	(1.533)
Atualização de mensuração atuarial (Nota 20.3.5)	(297.192)	(787.082)
Efeito migração planos CD (Nota 1.2 (b)):		
Liquidação	(306.015)	-
Efeito da migração ganhos atuariais (Nota 20.3.4)	(20.148)	-
Saldo final do exercício	1.263.931	1.785.499

20.3.4 Componentes do resultado do exercício

	Consolidado e controladora				
	2022	2021			
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Custo do serviço corrente	-	-	87	87	1.752
Custo do serviço passado	-	-	-	-	1.861
Custo de juros sobre a obrigação	539.926	87.727	12.885	640.538	534.572
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(394.171)	(77.768)	(8.730)	(480.669)	(376.450)
Efeito da migração sobre a obrigação e o ativo	(20.148)	-	-	(20.148)	-
(Receita)/ despesa estimada para o exercício	125.607	9.959	4.242	139.808	161.735

20.3.5 Movimentação de outros resultados abrangentes (ORA)

	Consolidado e controladora				
	2022	2021			
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Perda atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	351.716	(11.081)	7.723	348.358	1.164.039
Perda atuarial de alterações de premissas	(537.279)	(75.601)	(16.377)	(629.257)	(1.651.435)
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquidos reconhecidos	(35.528)	22.755	(3.520)	(16.293)	(299.686)
Mudanças no efeito do limite para reconhecimento de ativo no exercício	-	-	-	-	-
Movimento em ORA durante o exercício (Nota 23.5)	(221.091)	(63.927)	(12.174)	(297.192)	(787.082)
Efeitos de tributos diferidos	75.171	21.735	4.139	101.045	267.608
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(145.920)	(42.192)	(8.035)	(196.147)	(519.474)

20.4 Despesa / (receita) estimada para 2023 (não auditado)

Abaixo é demonstrada a despesa estimada para o exercício seguinte, com base na avaliação atuarial de atuário independente em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado e controladora			
	2023			
	BSPS	BD	CV	Total
Custo de juros sobre a obrigação	529.047	84.329	12.750	626.126
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(366.269)	(75.495)	(9.199)	(450.963)
(Receita) Despesa estimada para o exercício	162.778	8.834	3.551	175.163

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Provisão para litígios

21.1 Política contábil

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível e não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

A partir de 2022, como parte da evolução do processo ligado ao provisionamento das causas, a Companhia passou a efetuar a segregação dos saldos entre o circulante e o não circulante, tendo como base, essencialmente, a fase processual em que as causas estão (fase avançada de execução ou cumprimento de sentença).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

21.2 Composição e movimentação

Em 31 de dezembro de 2022, os litígios, nas suas diferentes naturezas, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de perda estimada e o risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado abaixo.

	Consolidado					
					2022	2021
	Trabalhistas	Tributárias	Ambientais	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial do exercício	92.104	5.619	66.909	1.164.728	1.329.360	1.748.257
Atualizações (Nota 50)	5.545	236	1.951	89.152	96.884	167.513
Provisão / (reversão) (Nota 4)	19.547	(142)	31.379	(110.753)	(59.969)	(425.693)
(-) Pagamentos	(39.703)	(455)	(46.355)	(96.404)	(182.917)	(160.717)
Saldo final do exercício	77.493	5.258	53.884	1.046.723	1.183.358	1.329.360
Circulante	49.104	2.273	2.986	116.013	170.376	-
Não circulante	28.389	2.985	50.898	930.710	1.012.982	1.329.360
Saldo no final do exercício	77.493	5.258	53.884	1.046.723	1.183.358	1.329.360

O contencioso passivo é objeto de variações constantes, porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva.

21.3 Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível, para os quais não há provisão contabilizada é demonstrada a seguir:

Principais ações		Consolidado	
		2022	2021
Cíveis	Desapropriações, indenizações e obrigação de fazer, sobretudo em razão da implantação dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.	786.791	1.307.272
Tributárias	Pedidos de restituição, execução fiscal, processos administrativos e auto de infração.	478.655	436.007
Ambientais	Medidas reparatórias de supostos danos ambientais cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.	342.555	344.340

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas	Responsabilidades subsidiárias, sobretudo em razão de contratação de terceiros.	34.680	51.404
		<u>1.642.681</u>	<u>2.139.023</u>

O principal movimento na esfera cível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve-se aos acordos realizados em diversas ações indenizatórias, que discutiam supostos impactos ocorridos em função da construção da UHE de Porto Primavera. Independente do prognóstico, a Companhia e suas controladas continuam atentas a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira.

A Administração da Companhia e suas controladas, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Transações com partes relacionadas

22.1 Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas.

22.2 Composição

Empresas	Ativo		Passivo		Vendas		Custos e serviços		Resultado financeiro	
	Circulante		Circulante						Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa										
Banco Votorantim S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.008)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.008)
Contas a receber de clientes (Nota 8) - Venda de energia e serviços										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	25.594	8.328	-	-	184.368	80.693	-	-	-	-
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	19	-	-	-	342	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	8	-	-	-	200	-	-	-	-	-
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	268	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	30	-	-	-	-	-
	25.621	8.328	-	-	185.208	80.693	-	-	-	-
Fornecedores (Nota 16) - compras de energia e serviços										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	2.313	-	-	(2.312)	(24.705)	-	-
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	-	-	1.147	-	-	-	(5.872)	-	-	-
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	-	1.376	-	-	-	(5.655)	-	-	-
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	-	-	1.710	-	-	-	(1.710)	-	-	-
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	-	-	1.173	-	-	-	(4.601)	-	-	-
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	-	-	1.104	-	-	-	(3.261)	-	-	-
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	-	-	1.698	-	-	-	(1.698)	-	-	-
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	-	-	1.314	-	-	-	(1.314)	-	-	-
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	969	-	-	-	(1.498)	-	-	-
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	-	-	1.172	-	-	-	(1.172)	-	-	-
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	-	-	1.220	-	-	-	(1.220)	-	-	-
Votorantim S.A. (i)	-	-	333	339	-	-	(3.753)	(3.858)	-	-
PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-
Compart Serviços e Assessorias Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-
	-	-	13.216	2.652	-	-	(34.066)	(28.572)	-	-
Dividendos a pagar										
Auren Energia S.A.	-	-	970.730	389.668	-	-	-	-	-	-
	-	-	970.730	389.668	-	-	-	-	-	-
Doações										
Instituto Votorantim	-	-	-	-	-	-	-	(318)	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	(318)	-	-
	25.621	8.328	983.946	392.320	185.208	80.693	(34.066)	(28.890)	-	(18.008)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Ativo		Passivo		Vendas		Custos e serviços		Controladora Resultado	
	Circulante		Circulante						Resultado financeiro	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros derivativos										
Banco Votorantim S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(531)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(531)
Contas a receber de clientes (Nota 8) - Venda de energia e serviços										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	5.842	8.328	-	-	62.673	-	-	-	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	53.702	20.776	-	-	573.159	248.984	-	-	-	-
	59.544	29.104	-	-	635.832	248.984	-	-	-	-
Dividendos a receber										
CESP Comercializadora de Energia S.A.	4.644	766	-	-	-	-	-	-	-	-
	4.644	766	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores (Nota 16) - compras de energia e serviços										
Votorantim S.A. (i)	-	-	331	333	-	-	(5.547)	(3.839)	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	-	7.237	6.929	-	-	(97.708)	(82.783)	-	-
PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-
Compart Serviços e Assessorias Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-
	-	-	7.568	7.262	-	-	(103.255)	(86.631)	-	-
Dividendos a pagar										
Auren Energia S.A.	-	-	970.730	389.668	-	-	-	-	-	-
	-	-	970.730	389.668	-	-	-	-	-	-
Doações										
Instituto Votorantim	-	-	-	-	-	-	-	(318)	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	(318)	-	-
	64.188	29.870	978.298	396.930	635.832	248.984	(103.255)	(86.949)	-	(531)

- (i) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência Votorantim S.A ("VSA"), relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia.
- (ii) Serviços de gestão de projetos e infraestrutura de TI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.3 Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Remuneração fixa e variável (i)	8.775	7.131
Encargos sociais	1.773	1.661
	10.548	8.792

- (i) É composta pela remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), variável (bônus e participação nos resultados), e dos benefícios com assistência médica e odontológica, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital social integralizado é de R\$ 6.471.508 e está dividindo em 348.711.494 ações, todas ordinárias (em 31 de dezembro de 2021 o capital integralizado era de R\$ 5.975.433 dividido em 109.167.801 ações ordinárias (CESP3), 7.386.323 ações preferenciais classe A (CESP5) e 210.948.549 ações preferenciais classe B (CESP6), totalizando o montante de 327.502.673 ações).

Em 22 de agosto de 2022 foi deliberado, em Assembleia Geral Extraordinária, a conversão das ações preferenciais A e B, em ações ordinárias.

Conforme mencionado na Nota 1.2 (a), o único acionista da Companhia é a Auren Energia S.A.:

	Quantidade de ações - Em unidades		
	Capital social integralizado	Ordinárias	%
Acionistas			
Auren Energia S.A	6.469.410	327.389.618	99,9655%
	6.469.410	327.389.618	99,9655%
Outros			
Ações em tesouraria	2.098	113.055	0,0345%
	2.098	113.055	0,0345%
	6.471.508	327.502.673	100%

23.2 Reservas de capital

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Remuneração das Imobilizações em andamento - Capital Próprio	1.929.098	1.929.098

Refere-se a montante remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios, utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

23.3 Reserva de lucros

	Consolidado e controladora	
	2022	2021
Reserva legal (a)	402.560	280.230
Reserva estatutária (b)	597.543	597.544
Retenção de lucros (c)	2.788.981	1.078.890
	3.789.084	1.956.664

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social;
- (b) parcela do lucro líquido remanescente poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos das normas aplicáveis;
- (c) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a conta de retenção de lucros, conforme projeções de fluxo de caixa e orçamentos de capital da Companhia aprovados em Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

23.4 Outros resultados abrangentes e ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*)

	Consolidado e controladora	
	2022	2021
Custo atribuído ao imobilizado - líquido de impostos diferidos (a)	(857.179)	(897.890)
Outros resultados abrangentes (b)	(1.187.900)	(1.384.047)
	(2.045.079)	(2.281.937)

a) Ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*)

De acordo com o ICPC 10, em 1º de janeiro de 2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 14.3), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação é contabilizada na rubrica de "Lucros acumulados" e eventual baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Consolidado e controladora			
	2022		2021	
	Custo atribuído ao imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Saldo inicial do exercício	(1.348.869)	458.615	(890.254)	(919.658)
Realização no exercício (depreciação)	50.114	(17.039)	33.075	21.768
Saldo final do exercício	(1.298.755)	441.576	(857.179)	(897.890)

23.5 Outros resultados abrangentes

A partir da adoção do CPC 33 (R1) - Benefício pós-emprego, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido.

	Consolidado e controladora	
	2022	31/12/2021
Saldo inicial do exercício	(1.384.047)	(1.965.797)
Hedge Accounting operacional		
Provisão de Hedge Accounting operacional	-	94.358
(-) IRPJ e CSLL diferidos	-	(32.082)
	-	62.276
Ajuste CPC 33 no exercício (Nota 20.3.5)	297.193	787.082
(-) IRPJ e CSLL diferidos	(101.046)	(267.608)
	196.147	519.474
Saldo final do exercício	(1.087.900)	(1.384.047)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.6 Ações em tesouraria

Em 30 de outubro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de classe A de sua emissão.

Nos termos do Programa de Recompra, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, adquirir (i) até 218.000 (duzentas e dezoito mil) ações preferenciais classe A nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondentes a 2,95% do total dessa classe de ação e 0,07% do capital social total da Companhia; e (ii) até 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondentes a 0,04% do total dessa classe de ação e 0,01% do capital social total da Companhia.

Em janeiro de 2021, a Companhia realizou recompra de ações em tesouraria no montante de R\$ 3.332, referente à 25.977 ações ordinárias e 84.514 ações preferenciais classe A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em tesouraria 113.055 ações ordinárias de sua emissão, após a conversão das ações preferenciais A e B em ações ordinárias, conforme nota 23.1.

23.7 Proposta de destinação do resultado

Conforme Estatuto Social da Companhia, havendo lucro suficiente, é assegurado aos acionistas a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido deduzidas as destinações legais. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado para Reserva Legal; e ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, será proposta a destinação do dividendo anual de R\$ 581.071, provisionado no passivo.

Em 19 de dezembro de 2022, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi aprovado a postergação do pagamento dos dividendos passando para até 31 de dezembro de 2023.

23.7.1 Cálculo

	Consolidado e controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	2.446.617	440.827
(-) Reserva legal - 5%	(122.331)	(22.042)
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(33.075)	(29.404)
Lucro ajustado do exercício (saldo para distribuição de dividendos)	2.291.211	389.381
(-) Dividendos obrigatórios (25% lucro líquido deduzidas as destinações legais)	(581.071)	(389.381)
(=) Saldo de lucros acumulados	1.710.140	-
(-) Retenção de lucros	(1.710.140)	-
(=) Saldo	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.7.2 Lucro por ação

	Consolidado e controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício (a)	2.446.617	440.827
Quantidade de ações (b)	327.390	327.503
Lucro por ação (a / b)	7,4731	1,3460

A Companhia não tem instrumentos patrimoniais ou contratos com efeito diluidor, logo, o lucro por ação diluído nos exercícios de 2022 e 2021 é igual ao lucro básico por ação informado acima.

22.7.3 Dividendos

	Consolidado e controladora			
	2022		2021	
	Dividendos	Dividendos por ação	Dividendos	Dividendos por ação
Ações ordinárias - ON	581.071	R\$ 1,7749	128.225	R\$ 1,1748
Ações preferenciais classe A - PNA	-		13.327	R\$ 1,8251
Ações preferenciais classe B - PNB	-		247.829	R\$ 1,1749
	581.071		389.381	

A diferença entre a quantidade de ações no cálculo de lucro por ação e dividendos por ação refere-se às ações em tesouraria.

24 Instrumentos financeiros e gestão de risco

24.1 Instrumentos financeiros por categoria

a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e os ativos passivos financeiros mensurados ao valor justo foram classificados nos níveis 1 e 2:

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros					
Avaliados ao custo amortizado					
Contas a receber (Nota 8)	1	250.739	268.439	198.094	176.044
Ativo sujeito à indenização (Nota 12)	1	21.799	1.739.161	21.799	1.739.161
		<u>272.538</u>	<u>2.007.600</u>	<u>219.893</u>	<u>1.915.205</u>
Avaliados ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (Nota 7)	1	1.116.552	428.231	590.570	376.541
Aplicações financeiras (Nota 7)	1	105.347	77.751	105.347	77.751
Ativo indenizáveis pela União (Nota 9)		3.909.017	-	3.909.017	-
Contratos futuros de energia	2	-	612.107	-	-
		<u>5.130.916</u>	<u>1.118.089</u>	<u>4.604.934</u>	<u>454.292</u>
		<u>5.403.454</u>	<u>3.125.689</u>	<u>4.824.827</u>	<u>2.369.497</u>
Passivos financeiros					
Avaliados ao custo amortizado					
Debêntures (Nota 17)	2	2.023.828	1.995.913	2.023.828	1.995.913
		<u>2.023.828</u>	<u>1.995.913</u>	<u>2.023.828</u>	<u>1.995.913</u>
Avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	12.699	-	8.288
			<u>12.699</u>		<u>8.288</u>
Avaliados ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia	2	-	620.316	-	-
		<u>-</u>	<u>620.316</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>2.023.828</u>	<u>2.628.928</u>	<u>2.023.828</u>	<u>2.004.201</u>

24.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) vencimento dos passivos; (b) risco de crédito, (c) risco hidrológico e GSF, (d) risco de não renovação das concessões, (e) risco regulatório e (f) risco socioambiental.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gerenciamento de Riscos de sua controladora Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos corporativos, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

24.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias investment grade fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado e controladora				
	Vencimentos				
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Debêntures (Nota 17)	99.599	150.000	1.205.750	602.874	2.058.223
	99.599	150.000	1.205.750	602.874	2.058.223
Em 31 de dezembro de 2021					
Debêntures (Nota 17)	98.018	150.000	645.929	1.141.858	2.100.293
	98.018	150.000	645.929	1.141.858	2.100.293

24.4 Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*, sendo *rating* nacional igual ou melhor que A (ou A2), ou rating em escala global igual ou melhor que BBB- (ou Baa3). Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

b) Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Consolidado		Rating local Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras				
AAA	1.221.782	455.145	695.848	403.490
AA+	-	29.700	-	29.700
AA	117	21.137	69	21.102
	1.221.899	505.982	695.917	454.292

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos de agências de rating (Standard&Poor's ("S&P"), Moody's, e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura das agências.

24.5 Risco hidrológico e GSF (*Generation Scaling Factor*)

A geração de energia elétrica da controlada CESP depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico da controlada CESP participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

24.6 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém a concessão da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), cujo vencimento se dá em 13 de abril de 2056.

24.7 Risco regulatório

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

24.8 Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

24.9 Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e dos preços de mercado e volume.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.10 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e debêntures são taxas de juros CDI e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2022, estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2022, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2023;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2022;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2022.

						Consolidado			
						Impactos no resultado abrangente			
						Cenário I		Cenários II & III	
						Choque nas curvas de 31/12/2022	Resultados do cenário I	-25%	+50%
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade					-50%	+25%
Taxas de juros									
BRL-CDI 13,65%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.219.831	BRLmilhares	-1bps	(152)	(41.627)	(83.253)	41.627	83.253
BRL-CDI 13,65%	Principal de instrumentos financeiros derivativos	226.162	BRLmilhares	-1bps	(28)	(7.718)	(15.436)	7.718	15.436
BRL-IPCA 5,79	Principal de instrumentos financeiros derivativos	1.837.558	BRLmilhares	-29bps	(5.329)	(26.599)	(53.197)	26.599	53.197

						Controladora			
						Impactos no resultado			
						Cenário I		Cenários II & III	
						Choque nas curvas de 31/12/2022	Resultados do cenário I	-25%	+50%
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade					-50%	+25%
Taxas de juros									
BRL-CDI 13,65%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	695.306	BRLmilhares	-1bps	(86)	(23.727)	(47.455)	23.727	47.455
BRL-CDI 13,65%	Principal de instrumentos financeiros derivativos	226.162	BRLmilhares	-1bps	(28)	(7.718)	(15.436)	7.718	15.436
BRL-IPCA 5,79	Principal de instrumentos financeiros derivativos	1.837.558	BRLmilhares	-29bps	(5.329)	(26.599)	(53.197)	26.599	53.197

25 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG), Responsabilidade Civil dos executivos e diretores (D&O), além de cobertura de seguros de Riscos Patrimoniais, com as coberturas, limites de indenização e prazos de vigência indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação (não auditado).

Tipo	Cobertura	Vencimento	Limite máximo de indenização (LMI) – BRL Mil	Prêmio líquido anual
Patrimonial	Danos materiais e lucros cessantes	01/05/2023	200.167	4.167
RCG	RC operações, empregador, poluição súbita, danos morais, entre outras	01/02/2024	20.000	238
D&O	Indenização aos administradores, reembolso ao tomador, entre outras	07/08/2023	45.000	358

26 Compromissos de longo prazo

Os principais compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

	Controladora e consolidado						
	2023	2024	2025	2026	2027	A partir de 2028	Total
Encargos de uso de rede	242.400	238.766	238.766	238.766	238.766	6.526.278	7.723.742
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	5.191	5.191	5.191	5.191	5.191	141.898	167.853
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	44.269	55.240	55.057	55.057	55.057	1.504.887	1.769.567
Repactuação de risco hidrológico	30.540	30.623	30.540	30.540	30.540	15.270	168.053
Projetos em desenvolvimento/ Construção (i)	1.713.671	56.636	-	-	-	-	1.770.307
	<u>2.036.071</u>	<u>386.456</u>	<u>329.554</u>	<u>329.554</u>	<u>329.554</u>	<u>8.188.333</u>	<u>11.599.522</u>

(i) A Companhia e suas controladas tem como plano de médio prazo o investimento na construção de novos parques solares, para os quais existem compromissos firmados junto a fornecedores relacionados às obras civis e aquisição das placas solares, com previsão para serem liquidados até 2024.

27 Informações por segmento

A partir da reorganização societária realizada por sua controladora Auren, alterando também a estrutura societária da Companhia (Nota 1.2 (a)), a sua gestão (incluindo os aspectos relacionados à geração e comercialização de energia elétrica) passou a ser realizada de forma centralizada pela Auren, numa perspectiva de otimização de portfólio e sinergia de fontes, com a geração de energia elétrica a partir de outras fontes complementares, bem como a sua comercialização junto aos clientes finais e tomadas de posição. Nesse sentido, a Administração da Companhia avaliou os critérios do CPC 22 - Informações por segmento e concluiu que não é adequada a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais nas suas demonstrações financeiras, uma vez que a tomada de decisão se dá no nível consolidado da Auren.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de diretores da CESP – Companhia Energética de São Paulo (“Companhia”), sociedade por ações, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 2º andar, sala 05, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-070 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.933.603/0001-78, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Diretores:

Mario Antonio Bertoncini
*Diretor Presidente e de Relações com
Investidores*

Carlos Curci Neto
Diretor sem designação específica

Márcia Maria Cunha Silva
Diretora sem designação específica